

A SEMANA

na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

25 de novembro a 01 de dezembro de 1991 nº16

A VEZ DE ÁFRICA (África Geral)

UM HOMEM PARA TODAS AS NAÇÕES

O vice-primeiro ministro egípcio, Butros Butros Ghali, foi eleito para o cargo de secretário-geral da ONU. Poliglota, professor de Direito Internacional na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, o novo secretário-geral tem uma respeitável produção intelectual e um currículo que inclui o desempenho de um papel-chave nas conversações de CampDavid, que levaram ao acordo de paz entre Egito e Israel, além de diversas outras negociações significativas, como a da libertação de Nelson Mandela, tendo contribuído ainda para o apoio árabe à coligação liderada pelos EUA contra o Iraque, na Guerra do Golfo. Sua eleição, que se deve à atividade do "bloco africano" da ONU decidido a ter um dos seus na chefia da organização (seguindo o oficioso e constestado princípio da "Rotação Regional"), foi recebida com satisfação na Europa, na África — como se pode ver nas reações de Angola, Senegal, Zimbábue e OUA (p.02) — e entre os países árabes, e com desconfiança pelo Irã e pelo Iraque. EUA e Inglaterra, que inicialmente apresentaram alguma reserva em relação a Ghali, modificaram sua posição, e não se opuseram à sua eleição; David Hanney, embaixador britânico na ONU, afirma que a eleição de Ghali, por unanimidade, é melhor apoio à "nova era" nas reações internacionais. (pp. 01-04)

[O Brasil teve posição de destaque, na América Latina, no apoio à candidatura de Ghali].

COOPERAÇÃO MILITAR COM PALOP SERÁ ALARGADA

Em uma reunião no Ministério da Defesa Nacional português, marcada para 25 de novembro, e onde deverão estar presentes técnicos do ministério e representantes da Marinha, do Exército e da Força Aérea, serão definidas as linhas de cooperação militar entre Portugal e os PALOP, devendo-se manter o acento na formação dos quadros militares dos "cinco". Prevê-se para 1992, contudo, um incremento de ações e programas que tendem a consolidar o crescente envolvimento português na organização das Forças Armadas dos PALOP. A matéria des

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edison Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648.
Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

creve o atual envolvimento militar português nos PALOP, fazendo referências II
aos diversos programas implementados. (p. 05)

"EUA JOGARAM EM ANGOLA CONTRA PORTUGAL"

Esta afirmação foi feita pelo brigadeiro Pezarat Correia, em entrevista ao O Jornal. O seu livro "Descolonização de Angola - A Jóia da Coroa do Império Português" foi recentemente lançado em Portugal. Pezarat Correia, agora na reserva, integrou a delegação portuguesa durante a assinatura dos acordos de Alvor. O livro recorda as indecisões na política portuguesa sobre a descolonização, o longo caminho das negociações, a guerra civil angolana, a internacionalização do conflito e crítica duramente posicionamento dos EUA nesse processo. (pp.06-07)

PRD ANGOLANO QUER SER "CORRETOR DA POLITICA"

"JUNTAR MPLA E UNITA É COMO MISTURAR ÁGUA E AZEITE"

O líder do Partido Renovador Democrático (PRD) angolano, Joaquim Pinto de Andrade, afirmou em Lisboa que o seu partido pode desempenhar o papel de "corretor da política angolana" e integrar um governo de coligação com o MPLA ou com a UNITA, "de acordo com o resultado das eleições", que segundo ele não farão maioria absoluta a nenhum dos grandes partidos (MPLA e UNITA). Pinto de Andrade não escondeu que seria mais fácil colaborar com um governo MPLA, do que fazê-lo com um da UNITA. Segundo o dirigente do PRD o eleitorado está dividido em três grandes grupos, "os adeptos do MPLA, os adeptos da UNITA, e os adeptos da mudança".

Pinto de Andrade concedeu entrevista, em separado, a O Jornal e ao Expresso, destacando em ambas a possibilidade do PRD tornar-se uma alternativa ao MPLA e à UNITA. Admitiu ser possível a união num mesmo partido de ex-elementos da Revolta Ativa - que se opuseram à instauração de um regime comunista em Angola em 1975 - com dissidentes do MPLA implicados na tentativa do golpe esquerdista de Nito Alves. Nas entrevistas, o líder do PRD posicionou-se sobre questões tais como o problema de Cabinda, a atuação da Igreja durante a guerra civil, o modelo económico capaz de superar a crise e o papel de Portugal no processo de paz. (pp.08 - 11)

ANGOLA AINDA NÃO OFERECE AS GARANTIAS QUE OS EMPRESÁRIOS JULGAM NECESSÁRIAS

Esta afirmação é o resultado da avaliação de alguns empresários portugueses, que participaram da Feira Internacional de Luanda (FILDA). Estes empresários propuseram algumas soluções, tais como a criação, por parte de Portugal de mecanismos financeiros que viabilizem os pagamentos e o lançamento de incentivos através de baixas taxas de juros. Além destes, outro ponto destacado foi a necessidade de uma unificação da informação disponível sobre Angola. O artigo apresenta ainda tabelas com dados sobre a balança comercial de Angola e especifica a parceria no comércio externo angolano. (pp.15-17)

DESENVOLVE-SE UM CONJUNTO AMPLO DE AÇÕES A CURTO E MÉDIO PRAZO COM APOIO DE ENTIDADES INTERNACIONAIS (Angola)

A Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) possui vários projetos de cooperação com os PALOP. No caso angolano, o vínculo é com o Governo Provincial de Luanda em áreas como a da reorganização de serviços do governo, a da formação de técnicos superiores e a da reorganização dos sistemas de informação. A alternativa da EPUL, para escapar à escassez de verba, é recor-

III
rer aos projetos triangulares de cooperação, ou seja, com outros países que colaborem para a execução dessas ações. A EPUL já está envolvida com a França e a Espanha em projetos que colaboram na reconstrução de Angola. (p.18)

BRASIL QUER SER SÓCIO (Angola)

Marcos Azambúja, segunda figura em importância no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, transmitiu ao governo português, durante encontro com o secretário de Estado da Cooperação, Durão Barroso, o interesse de seu país em criar "joint-ventures" com Portugal em Angola. Os setores em que o Brasil está mais interessado são a agricultura — basicamente na zona do planalto do Huambo — e a hidroelétrica — onde os brasileiros procuram superar os problemas causados pela crise na URSS, sua associada no projeto de Capanda, na região de Malange. O Jornal destaca que esta aproximação ocorre num momento em que Portugal, após "conseguir a paz em Angola", irá assumir a presidência da CEE, sendo um dos seus objetivos a recuperação econômica desse país africano. (p.08)

A ECONOMIA DE ANGOLA ANALISADA POR FÁTIMA ROQUE

A professora e economista Fátima Roque, quadro superior da UNITA, concedeu uma entrevista à revista ÁFRICA HOJE, na qual analisa os problemas principais da economia angolana: o déficit orçamental, o financiamento internacional, a zona do escudo e as privatizações. (pp. 19-20)

FRENTE DEMOCRÁTICA LEGALIZADA (Guiné-Bissau)

BISSAU ACEITA JORNAIS

O Supremo Tribunal de Justiça comunicou à Frente Democrática (FD) ter procedido à sua legalização, no dia 18 de novembro. A FD, que é dirigida por Aristides Menezes (antigo colaborador do presidente Nino Vieira, de quem afastou-se nos últimos anos), tornou-se desta forma o primeiro partido de oposição a ser legalizado. O anúncio da legalização coincidiu com a presença em Bissau de uma delegação do Instituto Americano para Eleições Democráticas, chefiada por John Blacken (ex-embaixador dos EUA na Guiné-Bissau), e com a viagem de Nino Vieira a Paris, onde participará da reunião dos países onde a língua francesa é oficial ou está muito difundida. Na mesma semana entraram em vigor uma série de novas leis, que estabelecem o direito à greve, à liberdade sindical e à liberdade de imprensa, num momento em que a situação alimentar do país é extremamente preocupante, sendo mesmo incompatível com a promoção de bons níveis de desenvolvimento, segundo um estudo do Banco Mundial. (p. 25)

ATAQUES ÀS PORTAS DE MAPUTO (Moçambique)

NOVO ATAQUE PERTO DE MAPUTO

No momento em que são assinados protocolos de paz em Roma entre a Frelimo e a Renamo, um conjunto de ataques atribuídos ao movimento liderado por Afonso Dhlakama causou mais de duas dezenas de vítimas, em Inhambane e em bairros da periferia de Maputo. A incapacidade do Exército e da polícia em evitar tais ataques está provocando um descrédito das autoridades junto à população. (p. 27)

MOÇAMBIQUE PRIVADO

INFLAÇÃO A SUBIR EM MOÇAMBIQUE

O ministro das Finanças moçambicano, Eneas Comiche, calculou que a taxa de inflação em seu país, este ano, ficará em torno de 35 por cento. Ele anunciou novas tabelas salariais, que entrarão em vigor a 19 de dezembro, e que

estabelecem aumentos entre 12 e 23 por cento. Paralelamente, o ministro da Indústria, Octávio Mutemba, anunciou a privatização de mais de 60 empresas estatais, de médio porte, que serão dirigidas por um novo organismo oficial, o Gabinete de Reestruturação de Empresas Industriais (GREI). O GREI será financiado pelo Banco Mundial (BM), contando o novo organismo ainda com o apoio de especialistas do BM que fornecerão consultoria técnica. O objetivo é assegurar a transição para uma economia não estatizada, onde o empresário nacional assuma uma posição preponderante. (p. 27)

COMPLETARAM-SE AS INVESTIGAÇÕES PRELIMINARES NO COMPLÔ DE GOLPE

(Moçambique)

Das 24 pessoas presas sob suspeita de estarem envolvidas no golpe frustrado de junho, 15 vão a julgamento, afirmou em princípios de setembro o Procurador Geral de Moçambique, Eduardo Mulembue. As investigações preliminares da tentativa já estão completas. A lista dos réus inclui os nomes de Coronel-General Sebastião Mabote, Coronel Manuel Antônio e Tenente-General José Moiane, mais oito outros oficiais do exército moçambicano. Entre os quatro civis acusados encontram-se dois irmãos do falecido Presidente Samora Moisés Machel, morto em 1986, e a única mulher do grupo, a telefonista Beatriz Manuel. Segundo as fontes maputenses, e foi o último caso a ser processado pelo SNASP, o temido serviço secreto, agora substituído por um serviço de informações, sem poderes judiciais. (p. 28)

NOVOS ESTATUTOS E PROGRAMA DO FRELIMO (Moçambique)

Acabaram de ser divulgados, os Estatutos e o Programa, aprovados à portas fechadas em Agosto, pelo VI Congresso da Frelimo, atualmente no poder. O conceito leninista de centralismo democrático desapareceu dos textos, e tornou-se também muito mais fácil entrar nas fileiras partidárias, sem passar através de um processo complicado de candidatura. O número de sessões do Comitê Central — órgão máximo entre Congressos — caiu de dois por ano a um só. No que diz respeito à economia, o ex-partido revolucionário aceita "as regras do mercado", e fala ainda da necessidade de defender os sistemas ecológicos e recursos naturais renováveis. (pp. 29-30)

SUL-AFRICANOS EM NEGÓCIOS COM MOBUTU

Após a partida de cerca de 20 mil europeus, devido aos acontecimentos de setembro, o Zaire estreita os laços comerciais com a África do Sul. Desde que o Caminho de Ferro de Benguela entrou em colapso, a produção mineral da riquíssima província zairense de Shaba (ex-Catanga) é escoada pelo porto sul-africano de Durban. Os sul-africanos, que também abastecem Shaba com os mais diversos produtos, procuram prevenir-se quanto aos possíveis prejuízos que lhes causaria o restauro do Caminho de Ferro de Benguela, ocupando os espaços deixados vagos pelos europeus no Zaire. Ao mesmo tempo, empresas da África do Sul começam também a entrar em Angola. (p. 31)

A vez de África

PÚBLICO

SÁBADO, 23 NOVEMBRO 1991

A eleição do vice-primeiro-ministro egípcio Butros Butros-Ghali para o cargo de secretário-geral das Nações Unidas foi recebida com satisfação na Europa e em África, com algumas reservas nos Estados Unidos e com um completo silêncio em Israel e no Iraque.

Desde as primeiras discussões sobre a sucessão do peruano Javier Perez de Cuellar — que no próximo dia 31 de Dezembro deverá deixar o cargo de secretário-geral da ONU, que ocupou durante os últimos dez anos — Washington tinha deixado claro o seu desejo de eleger um candidato jovem e dinâmico, assim como as suas reticências relativamente à hipótese de escolha de um africano.

No entanto, os candidatos apoiados pelos EUA (o primeiro-ministro canadiano, Brian Mulroney e o príncipe Sadruddin Aga Khan) não conseguiram conquistar uma posição favorável na corrida para a sucessão de Cuellar. Os chamados “votos brancos” realizados no Conselho de Segurança antecipam geralmente os resultados finais e servem, entre outras coisas, para afastar candidatos. Foi o que aconteceu com Mulroney, que decidiu retirar a sua candidatura.

Na votação ontem realizada, Butros-Ghali obteve onze votos favoráveis e quatro abstenções, enquanto Aga Khan, responsável pela coordenação da ajuda humanitária da ONU no Golfo, e em especial no Iraque, na sequência da guerra, teve apenas quatro votos a favor, sete contra e quatro abstenções.

Perante o “falhanço” dos seus candidatos, os americanos não tiveram provavelmente outra alternativa senão votar em Butros-Ghali, embora o facto de a votação ser secreta não permita saber qual o sentido do voto de cada um dos 15 membros do Conselho de Segurança. Provavelmente na próxima semana a Assembleia Geral cumprirá a formalidade de confirmar a escolha.

**A escolha perfeita...
há dez anos**

Diplomatas americanos na ONU voltaram ontem a referir a idade de Butros-Ghali, que tem actualmente 69 anos, como um factor negativo que poderá, nomeadamente, impedir o di-

plomata egípcio de se apresentar a um segundo mandato de cinco anos. No entanto, alguns acabaram por confessar que o actual vice-presidente do Egipto foi sem dúvida a melhor escolha. E, acrescentaram, há dez anos atrás teria sido uma escolha perfeita.

A Grã-Bretanha, que no início tinha também manifestado algumas reservas em relação a Ghali, declarou ontem o seu “total apoio” àquele que a partir do dia 1 de Janeiro será o novo secretário-geral da ONU. A França mostrou-se também satisfeita com a escolha de um homem que fala fluentemente o francês — a principal condição colocada por Paris para apoiar um candidato.

Apesar de tudo, a vitória do candidato egípcio na primeira votação constituiu, de certa forma, uma surpresa. Os diplomatas que acompanharam o processo esperavam assistir a uma “ponta final” renhida entre Ghali e o candidato do Zimbábue, Bernard Chidzero, que ocupa no seu país o cargo de ministro das Finanças. Alguns observadores mostravam-se certos de que ambos obteriam pelo menos nove votos positivos numa primeira volta. Afinal, Chidzero não conseguiu mais do que sete votos a favor, dois contra e seis abstenções.

**“Prometo fazer
o meu melhor”**

“Boas notícias de Nova Iorque”. Foi com esta frase que o chefe da diplomacia alemã, Hans-Dietrich Gensher, recebeu ontem o recém-eleito secretário-geral das Nações Unidas. Ao receber a notícia da sua eleição, Butros-Ghali, que se encontrava em Bona para conversações com Gensher sobre a situação na Jugoslávia e no Médio Oriente, fez eco das declarações do seu próprio país e de vários países africanos ao considerar a decisão da ONU como uma vitória para os países do Terceiro Mundo.

“Prometo fazer o meu melhor”, afirmou o vice-primeiro-ministro egípcio, manifestando a sua convicção de que a organização que passará a liderar “desempenhará um importante papel nas enormes transformações em curso”.

Entre estas “enormes transformações” conta-se o processo de paz israelo-árabe, recentemente iniciado, embora existam dúvidas sobre se a ONU será chamada a desempenhar um papel crucial no processo. Ontem a Liga Árabe congratulou-se com a escolha de Ghali, depositando nele as esperanças de uma resolução dos problemas no Médio Oriente, “nomeadamente a questão palestiniana”. O facto do Egipto ser um país moderado na região, tendo sido o único a assinar a paz com Israel, constitui um dos principais trunfos de Butros-Ghali, ele próprio um dos protagonistas da política externa egípcia.

O ministro dos Negócios Estrangeiros do Egipto, Amr Moussa, considerou que a votação do Conselho de Segurança é uma vitória da “política moderada e sábia” seguida pelo Presidente Hosni Mubarak. Moussa sublinhou que esta eleição constituiu um reconhecimento do Egipto como um “grande Estado africano e não-alinhado”.

De facto, depois do isolamento a que foi votado pela maioria dos países árabes e muçulmanos na sequência da assinatura dos acordos de paz com Israel, o Cairo tem vindo nos últimos tempos a recuperar a posição perdida. O apoio dado pelo Egipto aos Estados Unidos provou ser mais rentável do que as alianças de outros países árabes com a União Soviética.

Com uma posição favorável em organismos como a Liga Árabe (cujo secretário-geral é o egípcio Esmat Abdel-Meguid), a Organização da Conferência Islâmica ou a Organização de Unidade Africana, o Egipto colheu, desde a guerra do Golfo, os frutos da sua política pró-americana.

O optimismo manifestado pela maioria dos países árabes e da Organização de Libertação da Palestina (OLP), que disse esperar que as Nações Unidas possam, a partir de agora, “assegurar a protecção do povo palestiniano nos territórios ocupados”, explica claramente o silêncio israelita.

A reacção “fria” do Iraque é também compreensível, já que durante a guerra do Golfo, as Nações Unidas aprovaram várias resoluções apoiando a invasão iraquiana do Kuwait. No pós-guerra, é ainda a organização que aprova a destruição do arsenal nuclear de Saddam Hussein e são as suas equipas que têm como função detectar armas que Bagdad possa eventualmente ter escondido. ■

* com Bill Morris,
em Washington

Butros Ghali diz que paz é missão mundial

Butros Ghali, eleito, na quinta-feira, secretário-geral das Nações Unidas, afirmou que fará da paz «uma missão mundial».

O NOVO secretário-geral acrescentou ainda que «continuará a missão de paz iniciada durante a sua viagem a Jerusalém, em companhia do Presidente egípcio Anwar Sadate, em Novembro de 1977».

Citado ontem pelo quotidiano cairota *Al Ahrâm*, Butros Ghali declarou: «Farei desta missão, em Jerusalém, levada a cabo ao nível regional, uma missão ao nível mundial.»

Adiantou também que «concederá um mesmo interesse a todos os problemas do mundo».

Entretanto, continuam a ser divulgadas novas reacções à sua eleição.

O Zimbábwe congratulou-se, ontem, com a eleição de um africano para o referido cargo, lamentando, no entanto, que o lugar não tenha ido para o ministro zimbabwiano das Finanças, Bernard Chidzero, que ficou em segundo lugar na votação.

A eleição de Butros Ghali foi considerada um acontecimento que «permite aos Africanos voltar a ganhar confiança», segundo o antigo secretário-geral da Organização de Unidade Africana, Ide Umaru, que falava em Niamey.

Por sua vez, o Presidente senegalês, Abu Diuf, pediu à África que «apoiasse Butros Ghali para que a sua missão seja bem sucedida» no cargo de secretário-geral das Nações Unidas.

O Governo angolano tinha pronunciado, já na sexta-feira, a sua «satisfação» pela eleição de Butros Ghali, dizendo esperar que contribua para «um maior estreitamento das relações entre o Governo angolano e as Nações Unidas».

Entretanto, a Imprensa iraniana mostrou-se, ontem, muito crítica em relação à eleição de Butros Ghali. O jornal *Tehran Times*, considerado próximo do Governo, julga «difícil de acreditar» que os Estados Unidos não tenham agido «nos corredores das Nações Unidas, onde são tomadas as decisões reais», para fazer eleger Butros Ghali.

Em Bagdad, o jornal *Al Qadisiah*, editado pelo Ministério da De-

fesa iraquiano, afirmou, na edição de ontem, que a escolha de Butros Ghali foi «uma recompensa para o regime egípcio e para o papel do seu presidente (Hosni Mubarak) pela agressão contra o Iraque».

A Argélia, por seu turno, manifestou «grande satisfação» na sequência da eleição de Butros Ghali, «acontecimento histórico que coloca pela primeira vez nesta eminente função um representante de África e do mundo árabe».

Em Beirute, o ministro dos Negócios Estrangeiros libanês, Fares Bueiz, congratulou-se com a eleição e disse esperar que a «presença de Butros Ghali, conhecido pelas suas qualidades e competências, permita

um maior apoio à causa árabe e à do Sul do Líbano».

Por sua vez, o ministro dos Negócios Estrangeiros cipriota, George Iacovu, afirmou que o novo secretário-geral «é um diplomata e um político profissional, que tem um grande conhecimento dos problemas da região».

Balanço da década de Perez de Cuellar

Após dez anos na liderança da ONU, Perez de Cuellar pode orgulhar-se de ter dado maior credibilidade à organização.

Diplomata de carreira, o peruano Perez de Cuellar foi eleito secretá-

rio-geral em finais de 1980, quando o prestígio das Nações Unidas deixava muito a desejar, e a sua margem de manobra era muito limitada pelos equilíbrios precários entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Durante o seu primeiro mandato, o secretário-geral foi obrigado a desempenhar funções essencialmente protocolares, numa altura em que a Assembleia Geral aprovava inúmeras resoluções que nunca eram postas em execução, e em que o Conselho de Segurança era neutralizado sucessivamente pelos americanos e soviéticos.

A oportunidade de Perez de Cuellar surgiu em 1985, quando o novo secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, Mikhail Gorbachev, pôs em prática uma nova política externa que permitiu ao Conselho de Segurança desempenhar o seu papel de mediador em alguns grandes conflitos militares regionais.

A retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, o fim da guerra entre o Irão e o Iraque, e a independência da Namíbia são alguns dos mais notáveis sucessos da ONU neste período, aos quais se devem juntar os importantes progressos na pacificação da América Central, do Sara Ocidental e do Camboja.

Mas Perez de Cuellar esteve ausente de conflitos igualmente graves, como os da Jugoslávia, Caxemira, Etiópia, Moçambique, Tibete, e Médio Oriente.

O secretário-geral fracassou nos seus esforços para evitar a guerra do Golfo entre as forças aliadas e o regime de Saddam Hussein.

Por outro lado, as Nações Unidas continuam ausentes de grandes problemas mundiais, como ambiente, terrorismo, dívidas do Terceiro Mundo, catástrofes naturais e tráfico de droga.

Para o futuro, Perez de Cuellar deixará uma organização em vésperas de grandes transformações, uma vez que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e os restantes países estão de acordo sobre a necessidade de se adaptar a ONU às novas condições criadas após a guerra-fria.

Por outro lado, Cuellar sai sem ter resolvido a crise financeira da organização, problema que tem dificultado a capacidade de manobra da ONU nos últimos anos.

DIPLOMACY

TIME, DECEMBER 2, 1991

A Man for All Nations

Outmaneuvering the U.S., the Africans put one of their own at the helm of the world forum for the first time

By BONNIE ANGELO

For the United Nations' African bloc, the election last week of Egyptian diplomat Boutros Boutros Ghali as the new Secretary-General to succeed the retiring Javier Pérez de Cuéllar was a semisweet victory. The Africans had engineered their continent's first turn at the helm of the world organization—and had outmaneuvered the big guns of the U.S. and Britain to achieve it. But Ghali was the "least African" candidate put forward by a bloc that dearly wanted to see the job go to a sub-Saharan black.

American and British officials privately disdained all the candidates as lacking stature and experience for the top spot at the U.N. in the post-cold war era and regarded Ghali, 69, as too old. To the surprise of Security Council members, his victory came on the first official ballot. The last straw poll had given the edge to the leading black African candidate, Zimbabwean Finance Minister Bernard Chidzero. But on the first tally, 11 members selected Ghali and none of the five permanent members of the Security Council vetoed him. Among the other candidates, including Chidzero and early favorite Prince Sadruddin Aga Khan, a veteran U.N. figure who had his eye on the job for 20 years, no one had enough votes to force a runoff. The four Europeans on the ballot, including the first woman to be considered, Norway's Prime Minister Gro Harlem Brundtland, trailed badly.

The Egyptian Deputy Prime Minister who will lead the U.N. into the new world order defies categorization. He won under the African banner, but he is not black. He is an Arab who is a Coptic Christian with a Jewish wife. He represents the Third World with the stamp of Paris-honed sophistication; he is the son of a wealthy family, the grandson of a Prime Minister. He was widely considered old for the demanding job but was criticized for campaigning for it too vigorously.

But Ghali brings strong qualifications to the \$202,346-a-year post. He is an expert in international law and comes with a 21-page curriculum vitae replete with degrees, decorations and scholarly writings in three languages. After Anwar Sadat brought him into political life in 1974, Ghali became a key negotiator in the Camp David peace process, and he has helped mediate many quarrels among African nations.

Those ties helped, since it was largely the determination of the Africans that won him the job. Last June the Organization of African Unity, meeting in Nigeria, agreed to go all out to demand its turn in

power and drew up a list of six candidates, all except Ghali from sub-Saharan nations. He was added almost by chance, to meet France's demand for a French-speaking candidate. In drawing up the list, President Mobutu of Zaire looked about the room, fixed his eye on Ghali and declared, "Vous!" China quickly pledged its support for an African, and France endorsed Ghali.

The U.S. has always resisted the notion of a rotating regional claim to the job—a concept not mentioned in the U.N. charter—but it did not counter with a serious candidate of its own. A U.S. State Department official insisted that "that would

if the Security Council bypassed their nominees, they would flout precedent and take the fight to the floor of the General Assembly, which must formally approve the council's recommendation. Were they bluffing? Possibly, but more likely not. "What we didn't want," said an American diplomat, "was a Clarence Thomas situation, with a deeply divided vote."

Meanwhile, Ghali was breaking the first rule of U.N. politics: don't appear to seek the job and don't get out front. He traveled to every crucial capital pressing his view of a revitalized U.N. After meeting with a noncommittal President Bush in September, he checked into the National Naval Medical Center at Bethesda, Maryland, and emerged with a clean bill of health to counter objections to his age. Both Egyptian President Hosni Mubarak and Saudi Arabian Ambassador to Washington Prince Bandar bin Sultan personally called Bush.

As the Security Council assembled late



Boutros Boutros Ghali: a scholar and witty bon vivant, but no one's pushover

be the kiss of death," and an American diplomat at the U.N. agreed it would be impolitic for the U.S. to use its big-power muscle: "We weren't going to be the 900-lb. gorilla."

Instead Washington quietly dithered as Pérez de Cuéllar's second five-year term neared its Dec. 31 end. A proposal to extend his tenure, floated by the Soviet Union and France, was knocked down by the U.S. and Britain, which wanted a man with new energy and attitude to stir up the sluggish U.N. bureaucracy. Famous names like Margaret Thatcher and Eduard Shevardnadze were suggested but never taken seriously.

As months slid by with little sense of urgency about choosing a leader for the next five and possibly 10 years, the Africans hardened their position. They warned that

Thursday, rumors persisted that the U.S. and Britain would somehow craft an eleventh hour surprise. But by then Washington had decided that if it came to a choice between Ghali and Chidzero, the U.S. would vote for Ghali.

The victor will be expected to inject new life into a bloated U.N. bureaucracy. Can Ghali do it? A Western analyst in Cairo calls him "a man of vision and integrity, not anybody's pushover." But with only five years to make his mark, the incoming Secretary-General must work fast. He takes over a U.N. facing a devastating financial crisis, increasing demands for peacekeeping operations and humanitarian aid, and a whole new global agenda—an awesome challenge for an untried man. —With reporting by Dean Flecher/Cairo

ONU: egípcio substitui

Perez de Cuellar

EXPRESSO, SÁBADO 23 DE NOVEMBRO DE 1991

NOVA IORQUE

Do nosso correspondente

Tony Jenkins

O VICE-PRIMEIRO-MINISTRO egípcio, Butros Butros Ghali, de 69 anos, deverá tornar-se, no dia 1 de Janeiro, o próximo secretário-geral da ONU.

Numa votação efectuada na noite de quinta para sexta-feira, o Conselho de Segurança da ONU recomendou, por unanimidade, a nomeação de Ghali, o que torna virtualmente inevitável que os 166 membros da Assembleia Geral a ratifiquem. Ghali é apoiado pela Organização de Unidade Africana (OUA) e pelo Movimento dos Não-Alinhados, que conta 106 membros.

A Grã-Bretanha e os EUA pretendiam uma figura de prestígio internacional mais nova, que pudesse revigorar a pesada máquina burocrática da ONU, numa altura em que a organização tem de se adequar à tão apregoada Nova Ordem Mundial. Contudo, os dois países foram forçados a chegar a um compromisso, uma vez que os países africanos insistiram ser chegada a vez de ter um dos «seus» à frente da ONU.

A cedência de Londres e Washington tornou Ghali no candidato favorito. O próprio político egípcio

diz, sem modéstia, que «nasceu» para chefiar as Nações Unidas e fez uma campanha mais vigorosa do que ninguém pelo lugar.

A sua convicção alicerça-se na sua própria vida particular, na qual combinou com êxito três culturas muitas vezes antagónicas: é um copta cristão, casado com uma judia e um político de primeiro plano do mais importante Estado islâmico do Mundo.

Eleição sem vetos

Butros Butros Ghali estudou em França e fala fluentemente francês (muitos amigos conhecem-no por Pierre), mas tem também um inglês fluente e é professor de Direito Internacional na prestigiada Universidade Columbia, em Nova Iorque.

Bem conhecido dos americanos por ter sido uma figura-chave nas conversações de paz de Camp David, que levaram à assinatura do tratado de paz israelo-egípcio, em 1979, Ghali foi o arquitecto do regresso do Cairo à liderança da Conferência Islâmica; ajudou a negociar a libertação de Nelson Mandela e contribuiu para o apoio árabe à coligação liderada pelos EUA que com-



bateu o Iraque na Guerra do Golfo.

Declarando-se apenas interessado em cumprir um mandato de cinco anos, em vez dos habituais dois, deixa aberta a possibilidade de um candidato mais novo fazer a transição da ONU para o século XXI.

Butros Ghali foi ajudado pela sua personalidade, que muitos consideram «charmosa». Ao contrário de Perez de Cuellar, Ghali tem um forte sentido de humor e a reputação de ser um pensador. Publicou mais de 100 livros e artigos e foi um dos primeiros a advertir para as reservas de água e os problemas ecológicos de África e do Médio Oriente, antes de o «ambientalismo» se tornar uma causa popular.

O facto de ser eleito sem qualquer veto (passível de ser utilizado por cada um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança) contrasta com a eleição de Perez de Cuellar, em 1981, após meses de dolorosas negociações e dezenas de vetos. Só a China, vetou a reeleição de Kurt Waldheim 16 vezes.

É por isso que o embaixador britânico na ONU, Sir David Hannay, afirma que a unanimidade da votação é o melhor apoio «à nova era».

União de Indonésia

Portugal e PALOP discutem turismo

Responsáveis da área do turismo dos PALOP e de Portugal decidiram institucionalizar a realização de reuniões periódicas de ministros e técnicos ligados ao sector.

A conclusão foi aprovada no decorrer do primeiro seminário sobre «O turismo nos PALOP», no qual participaram também representantes de Portugal, tendo-se decidido igualmente realizar programas de desenvolvimento e formação, que contarão com a presença de agentes técnicos dos respectivos países.

ETNA (OP) AIGETA 23 DE NOVEMBRO DE 1991

Eduardo Mascarenhas

AS GRANDES linhas da cooperação militar a desenvolver no próximo ano, entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), deverão ser hoje definidas, no quadro de uma reunião no Ministério da Defesa Nacional com a participação dos três ramos e de técnicos daquele departamento governamental.

O acento tónico que nos últimos anos tem sido conferido à formação de quadros militares dos cinco deverá manter-se, mas prevê-se para 1992 a concretização no local de acções e programas tendentes a consolidar o já crescente envolvimento das Forças Armadas portuguesas na organização das suas congéneres dos PALOP.

Nesta perspectiva, deverão ser hoje definitivamente aprovados projectos como os da reestruturação da Marinha (cujo processo de levantamento está já em fase final) e da Engenharia Militar e Serviços de Material da Guiné-Bissau, ou de estruturação da Guarda Costeira de S. Tomé e Príncipe, este com a participação dos EUA, país que suporta o financiamento da construção das lanchas (a primeira acabou de ser entregue).

Outros programas já lançados no domínio da organização, em Angola (o único dos PALOP com o qual Portugal não assinou ainda um acordo na área da Defesa) e Moçambique, irão prosseguir.

A cooperação com os PALOP foi efectivamente alargada ao sector militar na segunda metade da década de 80, embora se tivessem realizado algumas acções anteriormente. Este salto qualitativo, que se desenvolveu dentro do princípio de respeito escrupuloso pela soberania dos Estados, veio demonstrar a utilidade das Forças Armadas como instrumento da diplomacia e também, de alguma maneira aqui, de projecção estratégica e de prestígio do Estado, assenta numa política em que os equívocos não têm lugar e na qual só uma imagem de transparência e determinação constitui garantia de seriedade. Foi favorecida pela evolução registada naqueles cinco países e, se se tiver em atenção o peso histórico do factor militar nas sociedades africanas, será possível aferir sobre a qualidade da «linha de retorno», ou, como diria um diplomata, constatar que Portugal está hoje confrontado com um processo de relação que tem condições ideais para um desenvolvimento harmónico, sem sobressaltos, e que pode trazer vantagens mútuas apreciáveis.

Se nos colocarmos numa perspectiva estratégica e pragmática, afinal aquela que guia o relacionamento entre os Estados, será ainda possível aferir sobre a filosofia que presidiu à colocação, numa fase inicial, do acento tónico na formação de quadros militares (foram já formados mais de duas centenas), e posteriormente na organização das forças. A formação

tem como consequência a adopção de doutrinas comuns que, com a organização, abrem caminho às áreas do armamento e equipamento, em que Portugal poderá, numa situação de «plataforma», posicionar-se como conselheiro privilegiado. Isto, sem perder de vista que as «vantagens mútuas apreciáveis» que referimos anteriormente estão longe de se limitar ao vector militar.

Em África, a massa humana confere ainda peso significativo aos conceitos estratégicos militares e aos exércitos na definição e organização dos sistemas de forças. Assim, na actual fase do processo de cooperação militar com os PALOP, embora tenha sido possível ao jornalista constatar junto dos três ramos das Forças Armadas portuguesas idêntico entusiasmo e dinamismo no desenvolvimento das novas missões que lhes foram atribuídas pelo poder político, cabe ao Exército Português a «fatia de leão» nos projectos mais significativos, como os que decorrem em Angola, para formação das novas Forças Armadas (FAA), e em Moçambique, no que se refere à Infantaria (incluindo as forças especiais) e a Administração Militar.

Numa referência aos projectos mais significativos, ao Exército cabe ainda, agora em relação a Cabo Verde, a implantação de um sistema de recrutamento e mobilização, o apetrechamento e a criação de infra-estruturas gimnodesportivas do Centro de Instrução do Morro Branco; na Guiné-Bissau, a organização das transmissões (CHERET) e a reestruturação da engenharia militar e dos serviços de material, e em S. Tomé e Príncipe, a estruturação da engenharia militar.

A Força Aérea Portuguesa, que nunca chegou a «sair» de Angola (onde manteve uma delegação das OGMA), e que desde há alguns anos contribui para a formação de militares angolanos, será agora a trave mestra na organização da nova Força Aérea daquele país. Refira-se, a este propósito, que chegaram recentemente a Portugal, para formação, quatro militares da «antiga» Força Aérea de Angola e quatro da UNITA, sem experiência naquele ramo. A FAP está também já em S. Tomé, desde 1987, com um destacamento de *Aviocar* e apoio médico, prevendo-se que em 1992 este programa possa ser ampliado.

Em Cabo Verde, a FAP participará num novo projecto aeronaval, e em Moçambique deverá participar na recuperação das bases de Nacala e Beira.

A Marinha, que tem contribuído igualmente para a formação de pessoal militar dos PALOP e prestado diversos outros serviços, prepara-se para reestruturar a sua congénere da Guiné-Bissau, estruturar a Guarda Costeira de S. Tomé e participar num projecto de comunicações neste país.

IPE: Participação activa no desenvolvimento dos PALOP's

Se bem que seja fundamental a cooperação de Portugal com toda a África, a tónica fundamental de todo este processo deve portar, e porta, sobre os Países de Expressão Portuguesa.

Assim, e apesar do factor determinante nestas relações ter sempre sido o factor histórico, estas encontram, hoje a sua base em factores de desenvolvimento politico-economico sublimadas pelos progressos marcantes nos processos de paz e estabilidade nos países do Sul de África.

Não é, no entanto, alheia à participação de Portugal que deve ser activa em todo este processo, o conhecimento que tem das potencialidades e realidades locais africanas, responsabilizando-o ainda mais no processo de desenvolvimento regional e a toda uma dinâmica inata e integrada.

Bom, torna-se cada vez mais importante considerar o mercado africano numa perspectiva regional (ou mesmo sub-regional) onde o grau de compatibilização dos estádios dos desenvolvimentos respectivos e individuais tornando-o no motor de todo o processo e não somente pelas vantagens reciprocas que daí possam advir a nível de mercados. Este factor da regionalização irá, cada vez mais - como de resto aconteceu a nível europeu - assumir um papel de relevo no contexto dos espaços onde os seus membros se inserem num relacionamento entre diferentes espaços económicos.

Devem pois os agentes económicos portugueses priorizar bases nos países de expressão portuguesa, considerar os mercados regionais ou sub-regionais mesmo que tripartidas com outros países de não expressão portuguesa.

A IPE

Esta instituição desenvolve desde o principio dos anos 80 uma participação activa no desenvolvimento dos países da África Austral, com especial relevo para os "PALOPS".

Estabeleceram-se, assim, protocolos de cooperação institucional e empresarial, onde se definiram as bases estratégicas a prosseguir. Ainda com base nestes proporcionaram-se já estágios a quadros locais de empresas do grupo e realizadas acções de formação de âmbito diverso, assim como, se organizaram missões de apoio a aspectos organizativos e legislativos em vários departamentos oficiais.

Esta vertente de cooperação, apesar de não ter fins lucrativos, não é por isso menos fundamental.

Em suma, o IPE tem procurado, desde sempre, dar corpo à constituição de empresas mistas, em várias áreas de negócio, não descurando o caracter regional e local para que através de um cruzamento de interesses se potencie o desenvolvimento das economias locais e criar condições para a indispensável internacionalização dessas mesmas economias.

Dr. Manuel Frasquilho
IPE

Pezarat Correia acusa

'EUA jogaram em Angola contra Portugal'

Um livro para avivar memórias

'DESCOLONIZAÇÃO DE ANGOLA — a jóia da Coroa do Império Português», do brigadeiro Pezarat Correia, foi lançado pela Editorial Inquérito na passada terça-feira, na Livraria Barata.

É uma abordagem exaustiva da descolonização de Angola, encarada sob o ponto de vista português, como aliás, o seu autor faz questão de dizer, pois para a análise completa do que foi esse período da história comum de Portugal e da sua ex-colónia, seria necessário conter a visão de ambas as partes.

Pezarat Correia recorre a numerosos documentos e livros sobre aquela época, enriquecidos com a sua experiência pessoal, esclarecendo papéis e estratégias e, sobretudo, dando aos leitores um vastíssimo conjunto de instrumentos de compreensão do processo, intimamente ligado à situação que se vivia em Portugal.

Colocado em comissão de serviço em Angola, em Maio de 1973, Pezarat Correia foi membro da primeira comissão coordenadora do MFA na ex-colónia, onde se manteve até à assinatura dos acordos do Alvor, cuja delegação integrou.

Percorrendo uma época que vai desde a contestação, em 1973, ao Congresso dos Combatentes até à fase de transferência do poder, em 1975, Pezarat Correia, recorda as indecisões na política portuguesa sobre a descolonização, o longo caminho de negociações com os movimentos de libertação até ao Alvor, a guerra civil angolana e a internacionalização do conflito.

O livro do ex-membro do Conselho da Revolução, agora na reserva, aviva a memória, esclarece atitudes e percursos dos seus personagens, aqui se podendo falar de portugueses mas também de angolanos.

Depois do meu livro, ninguém poderá voltar a dizer que o nosso país abandonou Angola, garante o brigadeiro

Lina Pacheco Pereira

ADESCOLONIZAÇÃO de Angola foi a possível e os portugueses não são culpados pela guerra civil que se seguiu. Culpas sim, têm as grandes potências, em particular os Estados Unidos. Se algum erro houve, foi a preocupação obsessiva de neutralidade face à internacionalização do conflito, incentivada, por vezes, pelos próprios movimentos de libertação. Quem o afirma é o brigadeiro Pezarat Correia, no seu livro «Descolonização de Angola - a jóia da coroa do império português»

Pezarat Correia considerava já inevitável o livro e, sobretudo, havia razões que «quase o obrigavam» a escrevê-lo. Para o brigadeiro na reserva, há «uma grande desinformação sobre a descolonização e ela veio particularmente a lume a propósito da assinatura dos acordos de paz de Bicesse, no ano passado», em que se voltou a falar do Alvor. Desconhecimento e ignorância da parte de pessoas e sectores que «não a podem alegar» e, por isso, afirma Pezarat Correia, se revestem «de uma certa intencionalidade e má-fé»

«O Jornal» - Este livro é uma posição da verdade dos factos?

Pezarat Correia - É a verdade tal como eu a vejo. Simplesmente, eu tentei fundamentar de tal maneira o meu livro com opiniões, estudos e investigações alheias à minha pessoa — por vezes até de pessoas que se situam em quadrantes ideológicos diferentes do meu — que hoje, depois do meu livro, para continuar a advogar determinadas teses, como por exemplo a do abandono puro e simples, ou a de que a descolonização se limitou a entregar o poder a determinada força de Angola, é preciso que essas pessoas ou demonstrem que aquilo que eu digo não é razoável, não é verdade, ou então apresentem novos factos. Dizer e continuar a sustentar essas teses com opiniões desenquadradas e infundamentadas perde todo o crédito perante o trabalho que eu procurei desenvolver.

P. — Afirma que esta foi a descolonização possível. Mas também são visíveis as críticas a uma série de pessoas que tiveram responsabilidade neste processo, designadamente o general Silvino Silvério Marques e, mais tarde, o brigadeiro Silva Cardoso, o que deixa transparecer a ideia de que o percurso poderia ter sido outro...

R. — Isso é correcto. Eu, quando concluo que foi a descolonização possível, faço-o em face daquilo que tracei como os parâmetros da descolonização portuguesa em todas as colónias e, particularmente, em Angola. Houve parâmetros que definiram um quadro dentro do qual era impossível fazer diferente. Houve realmente uma estratégia definida - a necessidade de primeiro fazer a paz, a seguir definir os interlocutores, fazer os acordos com os interlocutores, chegar a um período de transição.

Dentro desta estratégia, houve actores e figurantes que não teriam sido as pessoas exactamente indicadas para lhe corresponder. O caso do general Silvério Marques é um caso flagrante. Até reconheço um determinado mérito em relação à sua dignidade, ao seu comportamento, simplesmente é um homem com determinado posicionamento ideológico face ao passado - que ele próprio reconhece, ao confessar que era um integracionista convicto - que, de facto, não podia ser, de maneira nenhuma, a pessoa indicada para gerir os destinos de Angola, numa situação que apontava já para uma opção completamente diferente. Sobre o general Silva Cardoso, também demonstrou não ser a pessoa que reunia um determinado número de condições, em termos de coragem moral, de determinação, para encarar ou dirigir o processo. E os factos vieram demonstrá-lo.

P. — Ao referir-se à internacionalização do conflito, nas vésperas da independência, considera que Portugal foi vítima da preocupação obsessiva de neutralidade. Foi ou não uma forma de defesa, numa altura em que se reflectia negativamente nas Forças Armadas a luta entre os três movimentos?

R. — A neutralidade foi uma opção tomada pela afirmativa. A opção de Portugal foi de neutralidade activa, não era a ver passar os acontecimentos mas de, através da nossa acção, procurar concorrer para que o processo se desenvolvesse dentro dos parâmetros definidos pe-

los acordos do Alvor. Só que a obsessão pela neutralidade levou a que os responsáveis portugueses — o caso de Timor é também paradigmático em relação a isto — hesitassem em intervir contra esta ou aquela força para não correrem o risco de serem

conotados com os adversários dessa mesma força. Mas, se este foi de facto um dos aspectos importantes da nossa incapacidade de nos opormos às intervenções estrangeiras, não foi o mais significativo. O mais significativo foi a fraqueza militar em que, na altura, nos encontrávamos, sem condições para nos opormos às invasões militares estrangeiras. O que aconteceu é que as forças portuguesas ficaram isoladas e as forças dos movimentos de libertação, em vez de apoiarem as forças armadas portuguesas, foram elas próprias que motivaram e pediram as invasões estrangeiras.

P. — Nessa fase, as forças armadas portuguesas em Angola sentiam que havia um corte com Portugal, como se estivessem em auto-gestão?

R. — Sentiam que estavam votadas a si próprias. Tinham apoio institucional, do Governo, do Conselho da Revolução, do Presi-

dente da República. Mas também, com o agravamento da situação militar, não podiam contar com reforços significativos em relação a Portugal para compensar o papel que deveria caber aos movimentos de libertação. As forças armadas acabaram por ter meios manifestamente insuficientes para duas tarefas, qual delas a mais difícil, que era, oporem-se à invasão estrangeira e evitar a guerra civil entre os movimentos de libertação.

P. — A situação pós-independência, como diz, não foi da responsabilidade de Portugal. Em Abril de 1984, afirmava, no entanto, que «as dificuldades, as violências, os factos consumados da descolonização têm responsáveis que a História não poderá deixar de condenar». Quem são então os responsáveis, não há portugueses entre os condenados?

R. — Os responsáveis são principalmente as potências estrangeiras e os países vizinhos de Angola. São todos os países que, depois do Alvor, incentivaram a guerra entre os movimentos de libertação e os que depois procederam às intervenções estrangeiras em Angola e, particularmente, os Estados Unidos, que, de facto, não só jogaram em Angola no sentido de aí procurarem manter a sua hegemonia, como penso que jogaram em Angola para enfraquecer a revolução portuguesa. Não foram só os Estados Unidos, mas também a União Soviética, Cuba, a África do Sul, foram os outros países limítrofes, nomeadamente o Zaire, a Zâmbia, mas penso que os Estados Unidos têm uma responsabilidade particularmente importante.

P. — Mais de uma década depois, a paz foi conseguida exactamente sob mediação dos portugueses. Como interpreta este facto?

R. — Na acção actual, o Estado português já estava perante uma realidade. Já não se tratava de negociar a independência, Angola é um país independente, com o qual há relações institucionais de Estado a Estado. Portanto, as condições são bem

diferentes das que havia em 1975. Portugal era uma das partes negociantes, contratantes para o processo que se ia seguir, os movimentos de libertação disputavam acesamente o poder, havia uma conjuntura internacional, em plena guerra fria, com as potências a degladiarem-se pelo controlo do novo país que estava a nascer. Em Angola, vivia-se uma situação de anarquia e de luta interna pelo poder. Em 1991, as condições são

exactamente o oposto disto. Nós temos uma situação de estabilidade, temos em Angola os movimentos que se degladiavam a concorrer no sentido de encontrar soluções, temos as superpotências a colaborar nas próprias comissões conjuntas, para ajudarem a encontrar novas soluções. Portanto, toda a situação se inverteu e, por isso, sem deixar de reconhecer o mérito aos actuais negociadores portugueses na acção que têm desenvolvido em relação a Angola, eu penso que serão

completamente abusivas declarações defendendo que se tem negociado melhor hoje do que em 1975. Penso que foi também por uma acção notável que se conseguiu chegar ao acordo do Alvor.

P. — Na actual fase de democratização da sociedade angolana, acredita que a luta política não vai voltar a ser feita com armas?

R. — A situação internacional e a situação interna de Angola aponta para que possa existir alguma esperança de que o processo se possa desenvolver sem conflitos armados. No entanto, eu não estou completamente descansado em relação a este momento. Porque as feridas são muito profundas, há conflitos de carácter étnico, e qualquer alteração numa conjuntura internacional poderá ter reflexos graves em Angola. Se as coisas se mantiverem neste clima, de uma certa concorrência de interesses entre as grandes potências, com o esforço conjunto para resolver em paz os chamados conflitos regionais, eu penso que será possível evitar que Angola volte à anterior situação de guerra civil. No entanto, estou convencido de que a situação vai ser extremamente complexa, mesmo em termos de implantação da democracia, da democracia partidária como nós a conhecemos, à imagem dos partidos europeus.

P. — Em Cabinda, reacenderam-se os conflitos...

R. — O problema de Cabinda foi solucionado na altura, no quadro geral angolano, porque essa era a exigência da ONU, da OUA e dos três movimentos de libertação e foi nesse quadro que Portugal teve que negociar. Mas considero que o problema das fronteiras na região, que eram fronteiras artificiais, poderão ser revistos pelos países enquanto países independentes. Portanto, não me choca nada, apesar de eu ter defendido, na altura, que o problema de Cabinda tinha que ser integrado na solução global de Angola, que hoje, um país independente como é Angola, esteja a encarar outras soluções para Cabinda.

Brasil quer ser sócio

A presidência portuguesa da CEE está a interessar os brasileiros. Mas, nos próximos tempos, eles têm os olhos postos sobretudo em Angola

O NÚMERO dois da diplomacia brasileira, Marco Azambuja, transmitiu esta semana ao Governo português o interesse do seu país em criar «joint ventures» com Portugal em Angola.

Durante um encontro com o secretário de Estado da Cooperação, Durão Bar-

roso, Marco Azambuja explicou que os sectores em que o Brasil está mais interessado são fundamentalmente a agricultura e a hidroeléctrica.

Mas o Brasil está também a pensar na recuperação das infra-estruturas angolanas que foram atingidas pela guerra, como as redes portuária, viária e rodoviária.

No caso da agricultura, os brasileiros têm em vista a riquíssima zona do planalto do Huambo. Já no sector hidroeléctrico, estão sobretudo a tentar formas de superar o transtorno que lhes causou a crise na URSS, já que estavam associados aos soviéticos no projecto de Capanda, no centro de Angola.

Estas propostas são avançadas na altura em que Portugal acaba de conseguir a paz em Angola e em que se sabe que a recuperação deste país será um dos objectivos da presidência

portuguesa da CEE.

Aliás, Marco Azambuja veio a Portugal a convite do secretário de Estado da Integração Europeia, Vítor Martins, precisamente para informar o Governo do que o Brasil espera da presidência portuguesa.

Os brasileiros pretendem aproveitar para negociar e, se possível, assinar o que chamam um «acordo de terceira geração» com a CEE.

O Brasil, que já subscreveu dois acordos anteriores com a CEE, nos tempos em que Portugal não era sequer membro da comunidade, quer agora actualizar as suas formas de cooperação com os «Doze», designadamente nas áreas económica, comercial, investigação científica, formação de pessoal e protecção do ambiente.

De resto, uma das questões de momento mais absorve o Governo brasileiro é a preparação da «Rio-92» — a primei-

ra conferência mundial sobre ambiente desde a «guerra fria» — e que vai decorrer precisamente durante a presidência portuguesa da CEE.

A preparação dessa conferência, a que assistirá Cavaco Silva, foi esta semana tema de um encontro entre Marco Azambuja e o ministro português do Ambiente, Carlos Borrego.

Mas os brasileiros querem também aproveitar a posição de que Portugal vai dispor nos próximos meses para uma maior aproximação à OCDE.

O Governo de Collor de Mello pretende ainda que durante a presidência portuguesa possam ser encontradas novas formas de cooperação entre a CEE e o «Mercosur», o Mercado Comum da América do Sul.

E.C.

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 22 NOVEMBRO 1991

Pinto de Andrade em Lisboa

PRD angolano quer ser "corrector da política"

O LÍDER do Partido Renovador Democrático (PRD) angolano, Joaquim Pinto de Andrade, afirmou ontem em Lisboa que o seu partido pode vir a desempenhar um papel de "corrector da política angolana" e integrar um governo de coligação com o MPLA ou com a UNITA, "de acordo com os resultados das eleições" previstas para Setembro do próximo ano.

Pinto de Andrade não escondeu porém que preferia colaborar num Governo MPLA, partido a que pertenceu ("eu estive no MPLA, não fui do MPLA", prefere dizer), do que fazê-lo com a UNITA. Não porque se sinta mais próximo do MPLA, mas porque se sente "mais distante da UNITA", explica.

Na previsão do dirigente do PRD, as eleições do próximo ano não vão dar a maioria absoluta a nenhum dos grandes partidos (MPLA e UNITA) pelo que o vencedor terá de procurar consensos entre os partidos mais pequenos. "Terá de se formar um Governo de coligação, de convergência, um Governo de salvação nacional".

"O MPLA e a UNITA dominam a cena política e militar", disse Pinto de Andrade. "Mas não dominam o povo, cuja maio-

ria é alheia a tudo isso. O povo quer a mudança, está farto de guerra." O eleitorado está dividido em três grandes grupos, sintetiza. "Os adeptos do MPLA, os adeptos da UNITA e os adeptos da mudança."

O partido de José Eduardo dos Santos e o de Jonas Savimbi são, na opinião de Pinto de Andrade, os responsáveis pela divisão que existe entre os angolanos. O PRD, declarou, representa a força da unidade, "para além de etnias e grupos sociais". O povo angolano só tem a perder com a luta entre os dois grandes partidos, explicou ainda. "Quando dois elefantes lutam, quem sofre é o capim que está no chão".

Joaquim Pinto de Andrade encontra-se desde sexta-feira em Portugal chefiando uma delegação do PRD. A visita, que se deverá prolongar até quarta-feira, tem por objectivo principal dar a conhecer aos portugueses o PRD e desmentir a ideia de que existem apenas dois partidos em Angola.

Entre as suas principais linhas programáticas, o PRD inclui a adopção de uma economia de mercado, a eliminação dos desequilíbrios regionais e sociais, o desenvolvimento do poder local e a despartidarização das Forças Armadas. ■ P.M.

SEMANARIO 23 NOV 91

Angola na Póvoa

As perspectivas de investimento português em Angola vão ser analisadas no 3º Encontro Empresarial Portugal-Angola, que decorrerá na Póvoa do Varzim na quarta e quinta-feiras. Além das intervenções de representantes do Governo angolano, o encontro permitirá o contacto directo entre empresários dos dois países.

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 22 NOVEMBRO 1991

ANGOLA APROVA RÁDIOS PRIVADAS — O Conselho de Ministros angolano aprovou a atribuição de licenças para a criação de rádios privadas no país. As autorizações dependem ainda da aprovação, pelo parlamento, das leis de imprensa, de acordo com o vice-ministro da Informação, Aldemiro da Conceição, citado pelo "Jornal de Angola". As licenças serão atribuídas apenas a cidadãos angolanos e os partidos políticos não poderão ser proprietários directos das estações, segundo o vice-ministro. O Estado angolano poderá conceder financiamentos para a criação das rádios e privilegiará a atribuição de licenças a jornalistas organizados em cooperativas. ■

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 DE NOVEMBRO DE 1991

Encontro Portugal/Angola

A Câmara de Comércio e Indústria Portugal - Angola realizará na próxima quarta-feira o 3º Encontro Empresarial Portugal - Angola. Esta reunião visa analisar o investimento português naquele país, nomeadamente face às perspectivas que a recuperação económica de Angola oferece, privilegiando para o efeito o ponto de vista das entidades oficiais e empresárias angolanas, cuja participação está já assegurada.

Pinto de Andrade propõe

Social-democracia para Angola

José A. Salvador

HISTÓRICO DA LUTA anti-colonial em Angola. Joaquim Pinto de Andrade dirige hoje o Partido Renovador Democrático. O PRD vai concorrer às eleições legislativas angolanas, mas Pinto de Andrade ainda não decidiu se vai também candidatar-se à Presidência da República. Tudo está em aberto, porque o processo angolano é lento e as regras não estão definidas.

O Jornal — A opinião pública portuguesa conhece, sobretudo, o MPLA, a UNITA e vagamente a FNLA. O que distingue o seu Partido Renovador Democrático (PRD) destas formações políticas?

Joaquim Pinto de Andrade — A primeira característica que salta à vista é a do PRD não ser um partido armado, nem actualmente, nem no passado. O MPLA e a UNITA fizeram a guerra civil, a FNLA participou nela no princípio e, por isso, têm características de exército, embora o MPLA tenha ascendido ao poder.

P. — Pensa que durante o regime do MPLA, com a influência dominante do império soviético, com a presença de tropas cubanas em Angola, era possível combater o regime de Luanda sem armas?

R. — Penso que sim. Embora a pressão armada tenha sido muito importante e relevante, entendo que a luta armada, a violência revolucionária é o último recurso em casos já extremos. Por outro lado, atendendo às modificações que se têm operado no cenário político internacional, julgo poder afirmar que mesmo sem luta armada as modificações se teriam realizado em Angola. Repare que o regime do MPLA era tributário do regime de Moscovo e de todo o sistema do Leste europeu.

P. — Para si os acontecimentos do Leste europeu tiveram reflexos directos em Angola?

R. — Foram determinantes para as mudanças operadas não só em Angola, como no resto do continente.

P. — Como encara as modificações que hoje se verificam em África: o regime de Mobutu, no Zaire, está em plena crise; o regime de Siade Barre, na Somália, foi derrubado; Kaunda, na Zâmbia, acaba de ser derrotado por via eleitoral; nos chamados PALOP's, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe enveredaram pelo pluripartidarismo. Como vê o futuro de Moçambique e da Guiné Bissau, países onde se mantêm regimes autoritários?

R. — Para já quero acentuar que essas modificações que acaba de citar confirmam aquilo que lhe disse. Os países que referiu não tiveram luta armada e a modificação deu-se. É que para além dos reflexos do derrube do muro de Berlim, que simboliza a queda de todo o sistema do Leste europeu, houve a própria dinâmica das sociedades africanas cansadas de regimes autocráticos, autoritários, ditatoriais, quer de esquerda, quer de direita. Portanto essa conjugação que foi a mudança no Leste e o factor interno da

pressão das próprias sociedades, levaram ao derrube desses sistemas autoritários. Assim, estou convencido que Angola não fugiria dessa regra. Em Moçambique e na Guiné já estão a prevenir-se para as modificações e diz o ditado que mais vale prevenir que remediar. Serão capazes de superar o desafio que lhe é imposto pela oposição ou não serão capazes. Isso agora é uma questão a ver, mas de qualquer modo os sistemas não vão ficar tal como estão.

P. — Nesse quadro quais as referências políticas do PRD no que respeita aos objectivos e ao modelo de sociedade civil que pretendem para Angola?

R. — Embora fujamos dos rótulos, mas tendo em conta as clássicas referências eu diria que o nosso partido se situa dentro da família do socialismo democrático ou da social democracia do tipo europeu.

P. — Pluripartidária?

R. — Pluripartidária.

P. — Modelo económico com a propriedade privada dos meios de produção?

R. — Propriedade privada sim, mas claro está com especificidades nossas. Numa Angola destruída pela guerra, em que o empresariado nacional é muitíssimo frágil, há que acautelar certos sectores do empresariado angolano face ao capital estrangeiro, que é bem vindo em determinadas condições. Algumas áreas terão de ser postas ainda, durante algum tempo, não sob monopólio do Estado, mas sob tutela.

P. — Quais seriam essas áreas?

R. — Para já as grandes infraestruturas, pontes...

P. — Tudo isso está destruído em Angola?

R. — Tudo. E quem tem capacidade para reconstruir? Ou o empresariado estrangeiro, ou o Estado associado a ele, não só os privados.

P. — A guerra civil destruiu mais que durante a guerra colonial?

R. — De longe, de longe, de longe... Outra crítica que eu faço à guerra civil, para além de me parecer que havia outros métodos pacíficos, que

resultaram noutros países africanos e justamente nesta altura, para além disso, dizia, há o défice do balanço desta guerra.

P. — Que balanço faz?

R. — Balanço negativo, evidentemente.

P. — Pelo número de mortos?

R. — Em destruição de vidas humanas, em destruição de infraestruturas, que nem tinham a ver com a guerra como hospitais, missões religiosas, como escolas, sem necessidade nenhuma e a destruição de todo o tecido

social, da alma angolana mesma. Ela está profundamente ferida, o tecido social está destroçado, e refazer isto vai levar muitos anos. Porque as pontes com mais ou menos dinheiro reconstróem-se, as estradas abrem-se, as almas dificilmente se curam de grandes feridas.

Autonomia para Cabinda

P. — Entretanto, há em Angola um processo de pacificação excepto em Cabinda. Ainda há poucos anos o MPLA declarava Angola do Cabinda ao Cunene. Como vê o caso de Cabinda, agora sujeita a recolher obrigatório? Como encara o seu partido a questão da autonomia e eventual independência de Cabinda?

R. — Antes de mais nada entendemos que o problema de Cabinda é uma grave questão nacional, que de forma nenhuma deve ser resolvida através das armas. Constatou-me que estavam concentradas tropas do governo de Luanda perto de Cabinda, não tenho confirmação disso, mas caso seja verdade é muito inquietante. Por outro lado, também apelaria aos meus irmãos de Cabinda que procurassem soluções de diálogo e de consenso.

P. — Parece que o governo de Luanda solicitou ao governo de Lisboa uma intervenção nesse sentido. Não tem conhecimento disso?

R. — Ouvi dizer, também. Em princípio entendo que as soluções devem procurar-se em primeira linha entre angolanos. Só depois, no caso de não resultar internamente essa procura de consenso é que devíamos recorrer a terceiros por muito amigos que sejam. As questões de família tratam-se primeiro em família. Quando não se resolvem, recorre-se, então, aos amigos.

P. — Nesse quadro familiar como encara a pretensão de autonomia de Cabinda. O seu partido tem alguma posição sobre esse assunto?

R. — Tem posições claras sobre isso. Entendemos que Cabinda faz parte do todo angolano, mas que tem especificidades próprias, não só geográficas, as mais visíveis, mas especificidades históricas, culturais e outras.

Consideramos, pois, justa a aspiração de Cabinda à autonomia. Importa ver o sistema de autonomia. Cabinda produz a maior riqueza do país (o petróleo), pelo menos em termos imediatos, mas de facto não tem beneficiado nada ou quase nada, das riquezas extraídas do seu próprio solo. Dentro dessa autonomia política, administrativa e financeira também devia acautelar-se uma percentagem a determinar para aplicar necessariamente no desenvolvimento de Cabinda. A riqueza de Cabinda beneficia outras regiões do país; outras pessoas e Cabinda pouco aproveitou disso.

P. — O seu partido alguma vez manteve contactos com a FLEC?

R. — Nunca manteve contactos com a FLEC, mas posso dizer que eu

pessoalmente tomei a iniciativa de pedir um contacto com membros da FLEC que estão em Lisboa. Curiosamente esse desejo foi mútuo.

P. — Em relação à sua visita a Portugal quais os seus principais objectivos?

R. — Estão ligados à sua primeira pergunta. De facto, no exterior conhece-se muito o MPLA, a UNITA e também a FNLA. Uma primeira finalidade é tornar conhecido o meu partido, os nossos projectos, as nossas visões das coisas em Portugal e proximoamente em outros países. Queremos mostrar bem que a sociedade angolana não é aquela bipolarização que existe, nem tripolarização dos partidos armados que participaram na guerra civil, e que há outras ideias, há outras forças e outra visão do projecto democrático que pretendemos implementar. Segunda finalidade é granjear apoios de todo o tipo, diplomáticos, económicos, porque não é fácil implantar um partido. O MPLA tem o recurso fácil aos dinheiros do Estado, a UNITA tem o apoio claro, explícito e público dos Estados Unidos...

Lembrar aos EUA

P. — Mas foi agora à Embaixada dos Estados Unidos em Lisboa?

R. — Fui justamente fazer ver isso.

P. — Houve alguns resultados desse encontro?

R. — Os resultados não serão imediatos.

P. — Mas houve receptividade às suas propostas?

R. — Houve receptividade à nossa posição que se limita a lembrar que se

os Estados Unidos querem realmente ajudar à democracia tem de abrir os seus horizontes para os outros partidos. Pedimos apoio ao processo democrático, em que eles estão empenhados evidentemente, mas dissemos ser nosso entendimento que deviam apoiar também os outros partidos, que não têm meios. Isso permitiria justamente estabelecer um equilíbrio e romper a lógica da bipolarização e a lógica da legitimidade exclusiva das armas que de certo modo foi consagrada no acordo do Estoril.

P. — Em Angola estão criadas todas as condições políticas indispensáveis ao exercício pleno da actividade da oposição?

R. — Ainda não. Foram criadas as condições básicas com o final da guerra, mas falta construir sobre estes alicerces o resto do edifício democrático.

P. — Refere-se à comunicação social? Há condições para a oposição se exprimir?

R. — A comunicação social está ainda monopolizada pelo Estado, um único jornal, uma rádio e televisão nacionais. São órgãos estatais que em rigor deviam ser abertos a todos os partidos, mas que de facto são ainda dominados pelo partido no poder. Claro que já há algumas aberturas, porque está legislada a liberdade de informação e de imprensa, mas na prática os meios não estão disponíveis. Deve-se ao empenhamento de alguns jornalistas os sintomas de abertura verificados na rádio e no jornal, embora menos na televisão.

P. — Qual o papel da Igreja durante a guerra civil?

R. — Foi um papel altamente positivo, na medida em que foi a consciência crítica da Nação. Foi a única instituição credível no país que levantou a sua voz contra a guerra e a favor da reconciliação nacional. Pôs-se ao lado do povo utilizando os meios da Caritas e de outras doações internacionais para aliviar as suas necessidades mais urgentes de alimentação, vestuário e saúde. Mesmo quando tinham poucos meios para matar a fome àquela gente, os missionários, sacerdotes, religiosas, nacionais e estrangeiros, o cristão anónimo estiveram presentes junto ao povo nas regiões mais inóspitas e mais difíceis e muitos deles morreram vítimas de um e outro dos beligerantes. A importância desta presença é reconhecida por todos, católicos e não católicos, e agora mais indispensável para ajudar a reconstruir o tecido social e moral de Angola e até para contribuir, como já está a fazer, para a reconstrução material.

P. — Pensa que Portugal possa desempenhar um papel positivo nesse esforço material?

R. — Papel positivo, papel necessário, papel útil, que infelizmente devo dizer não tem sido suficientemente valorizado pelas maiores forças, pelo MPLA e pela UNITA. Há muitas declarações de intenção sobre os portugueses que são bem vindos, mas de facto no concreto os portugueses são vistos um pouco como os párias da Europa.

P. — A língua portuguesa pode desempenhar algum papel naquilo que referiu como a reconstrução das almas e do sentimento de nacionalidade?

R. — Mas é evidente, porque a língua é o reflexo da nossa própria alma e faz parte da nossa cultura.

P. — Vê alguma possibilidade de organizar uma comunidade lusófona, à semelhança da francófona que ainda agora reuniu em Paris 45 países, incluindo a Guiné-Bissau e Cabo Verde, como observadores?

R. — Penso que é mesmo necessária. Somos um mundo, o tal mundo que o português criou de que falava Gilberto Freire.

«Juntar MPLA e UNITA é como misturar água e azeite»

EXPRESSO, SÁBADO 23 DE NOVEMBRO DE 1991

JOAQUIM Pinto de Andrade, em visita a Portugal com uma delegação do Partido Reformador Democrático (PRD), foi, para além de Jonas Savimbi, o primeiro dirigente da oposição angolana a ser recebido pelo Presidente Soares.

Fundador da Associação Cívica Angolana (ACA), presidente do PRD desde Agosto, Pinto de Andrade tem sido acusado de oportunismo e de ter tomado a liderança de um dos mais activos dos «partidos emergentes» angolanos com a única finalidade de se candidatar à presidência da República. Mas Pinto de Andrade considera que as eleições presidenciais só deverão realizar-se depois das legislativas, o que retira qualquer significado à questão das candidaturas. Acredita que o PRD pode transformar-se numa alternativa credível ao MPLA e à UNITA e admite que juntar num mesmo partido ex-elementos da Revolta Activa — que se opuseram à instauração de um regime comunista em Angola em 1975 — com dissidentes do MPLA implicados na tentativa de golpe esquerdista de Nito Alves seja vista por alguns como uma aliança «contra natura».

Pinto de Andrade garante que o PRD corrigiu algumas das suas orientações iniciais e que a convenção do partido, que se realizará em Luanda até ao fim do mês, acabará de clarificar a situação. A 29 de Novembro, o PRD entregará ao Supremo Tribunal de Justiça as três mil assinaturas necessárias à sua legalização, com todos os demais requisitos exigidos, embora peça a revogação de cláusulas da legislação vigente que considera «irrealistas» em Angola. Entre tais exigências estão as de fotocópias dos bilhetes de identidade (que muitos angolanos não têm) e as certidões de registo criminal (que só se conseguem em Luanda, e com dificuldade).

Segundo Pinto de Andrade, os seus interlocutores portugueses, incluindo o secretário de Estado Durão Barroso, mostraram receptividade às preocupações que expressou em relação a alguns aspectos do processo de paz angolano. O PRD quer dar-se a conhecer em Portugal e no estrangeiro, «mas o seu combate deve ser travado em Angola», disse Pinto de Andrade: quer ser o elemento aglutinador das «forças vivas» da sociedade civil.

EXPRESSO — Como vê o actual momento político em Angola?

PINTO DE ANDRADE — Há uma tensão política provocada por um surto de violência, muitas vezes manipulado para fins políticos e que deu lugar a acusações mútuas entre o MPLA e a UNITA. Muitos crimes, que não são sequer noticiados, acontecem um pouco por todo o país e geram um clima de insegurança entre a população.

EXP. — Acha que a violência pode comprometer o processo de paz?

P. A. — Há muitos grupos armados ainda controlados pelos estados-maiores da UNITA e MPLA ou constituídos por desertores dos dois exércitos que sobrevivem à custa da população. O acantonamento das tropas começou em Outubro quando devia estar terminado em Agosto, mas quando estiver concluído quem vai garantir a segurança?

EXP. — Que solução propõe?

P. A. — Angola precisa, nesta fase, de uma polícia forte, credível, independente, e não vejo como possa estar a ser formada uma força com estas características a partir da polícia existente — que não tem meios nem credibilidade, nem disciplina, nem moral —, reforçada com elementos da UNITA. O ideal seria criar uma força totalmente nova. Como não há tempo, deveria haver uma maior participação internacional nas tarefas de manutenção da ordem.

EXP. — Que papel podem desempenhar as outras forças políticas?

P. A. — Unicamente alertar os participantes directos e os mediadores para os atrasos e

distorções, formular propostas. Acho que deveriam poder assistir, como observadores, às deliberações da Comissão Conjunta Político-Militar, para que a pressão seja maior.

EXP. — O MPLA e a UNITA rejeitaram a proposta de realização da Conferência Nacional apresentada por vários partidos em Julho.

P. A. — O PRD foi contra. Penso que a Conferência Nacional Soberana abalaria todo o esquema montado no Estoril e que, apesar das limitações, os acordos assinados e aprovados pelos mediadores foram os acordos possíveis. Podem ser aperfeiçoados, mas não devem ser postos em causa. Há que acelerar a democratização da sociedade, em vez de criticar as consequências da ausência de democracia.

EXP. — Qual é a tarefa prioritária?

P. A. — Preparar as eleições legislativas. Os problemas do passado, a corrupção, os crimes, poderão ser discutidos mais tarde. A população quer paz, estabilidade e soluções para os problemas do presente.

Balanço «negativo» na oposição armada

EXP. — O PRD critica a bipolarização mas esta é uma consequência lógica dos acordos de paz...

P. A. — Neste sentido, os acordos de paz repetem alguns dos erros cometidos em Alvor. Competia ao MPLA e à UNITA fazer a paz, porque são eles que fizeram a guerra. Não me parece correcto que decidam entre si o calendário e as fases do processo democrático.

EXP. — O prazo para as eleições foi imposto pela UNITA com o apoio dos EUA.

P. A. — A UNITA não pode arrogar-se o direito de falar em nome de todo o povo, de toda a oposição. A paz e a democracia dizem respeito a todos os angolanos, objectivos que só

serão atingidos com o seu empenhamento.

EXP. — A UNITA reivindica a imposição da democracia.

P. A. — Sem querer minimizar o papel da UNITA, creio que a mudança se teria verificado mesmo sem luta armada. A origem da viragem esteve em Moscovo. O regime do MPLA estava condenado depois da queda dos regimes comunistas europeus.

EXP. — Foi sempre contra a luta armada?

P. A. — É uma opção que pessoalmente rejeito. A UNITA achou que era a única via. Não concordo e mesmo admitindo que a guerra fosse o último recurso havia regras a respeitar. Em Angola as destruições foram exageradas, gratuitas muitas vezes. O balanço final da oposição armada é, na minha opinião, negativo.

EXP. — A oposição «civil» não tem muita boa imagem.

P. A. — Há uma grande dispersão, mais de 30 partidos. Apareceu até uma Frente de Salvação Islâmica, fundamentalista. Era inevitável numa sociedade que saiu do gueto, que esteve amordaçada muito tempo, antes e depois da independência. Do lado da UNITA, a única dissidência que logrou vingar foi o Fórum Angolano pela Democracia, que se constituiu no exílio. Infantilismo e oportunismo são resultados da falta de preparação.

EXP. — O PRD é diferente?

P. A. — O PRD procura adoptar uma postura mais sólida. Embora o tempo seja curto, acredito que conseguiremos constituir uma alternativa credível, uma oposição forte aos dois beligerantes. Se existir uma verdadeira abertura política, inclusivamente nas áreas controladas pela UNITA, as eleições podem trazer grandes surpresas. Estou convencido que há no MPLA e na UNITA as forças democráticas que ainda não tiveram a oportunidade de manifestar-se.

ENTREVISTA

conduzida por
Nicole Guardiola

Volta, Presidente

Lurdes Feio

O EMPRESÁRIO português José Cristóvão, de Tomar, estava longe de prever, há três anos atrás, que o Hotel Presidente, o maior edifício construído até hoje em Angola, pudesse ser-lhe devolvido pelo governo de Luanda ainda este ano. Como este, existem cerca de 1.500 outros casos de empresas que poderão vir a ser, muito em breve, restituídas aos seus antigos proprietários portugueses.

A situação do Hotel Presidente foi analisada, esta semana, pelo governo de Luanda, aguardando-se agora a publicação do respectivo despacho em «Diário da República». No mesmo encontro, o executivo angolano abordou outros processos em curso, relativos a sociedades portuguesas: Irmãos Delgado, Hotel Turismo Lda, Hotel Alameda (ex-D. João II), Hotel Almirante, Tecno-Gráfica Salazar, Padaria de Leonel Gomes Pinto, Padaria Salazar Lda e Empresa Tribuna Gonçalves Lda.

A devolução do Hotel Presidente constituiu, todavia, um exemplo paradigmático, por ter sido um processo pioneiro, que teve início há mais de dois anos, envolvendo inúmeros contactos e negociações que tiveram, agora, um desfecho favorável. Curiosamente, o advogado que tomou a cargo

este processo, desde o início, foi Domingos Duarte Lima, há dias eleito presidente do grupo parlamentar do PSD.

Ocupado pelos cubanos

O Hotel Presidente foi agora avaliado em cerca de quatro milhões de contos, tem 28 andares, e é considerado o maior edifício existente em Angola. Foi construído por José Cristóvão, que fez questão de erguer, em Luanda, um cinco estrelas equivalente a outros grandes hotéis internacionais. Em Fevereiro de 1975, quando o proprietário se preparava para inaugurar o hotel, deu-se a chegada dos cubanos a Luanda. Por falta de alojamento, o Presidente foi interencionado, para ali se instalarem as tropas.

O regime jurídico, contudo, manteve José Cristóvão como proprietário do imóvel e, tal como aconteceu com muitos outros portugueses detentores de empresas interencionadas em Angola, ele res-

pondeu ao apelo feito, no Verão de 1976, pelas autoridades de Luanda para, num espaço de 30 dias, depositarem no Banco de Angola as acções de que fossem proprietários, sob pena de as mesmas lhes serem confiscadas pelo Estado.

Fontes contactadas por «O Jornal» afirmam que centenas de empresários portugueses mantiveram, deste modo, a propriedade jurídica das empresas, que nunca chegaram a ser confiscadas nem nacionalizadas. E foi graças a isso que surgiram, recentemente, pedidos de devolução junto do governo de Luanda, que este, por sua vez, acolheu favoravelmente.

O processo de paz angolano e a necessidade urgente de recuperação económica do país terão contribuído, também, para o êxito destas negociações. Prova disso foi a medida adoptada pelo governo de Luanda, em 1989, ao aprovar legislação sobre o redimensionamento empresarial em que, pela primeira vez, se admitia a

possibilidade da devolução de algumas empresas aos antigos proprietários.

O regresso dos Espírito Santo

Foi nessa altura que surgiram, em Portugal, os primeiros processos de recuperação de empresas interencionadas em Angola, nos sectores do turismo, dos serviços, das minas, e, sobretudo, da agricultura. Angola tinha sido um dos maiores produtores mundiais de café, algodão e feijão, mas com a guerra e a saída de quadros registou-se um défice alimentar e o país passou a importar a quase totalidade daqueles produtos para consumo interno. A factura actual parece atingir mais de dois biliões de dólares por ano.

Com a paz e a democratização em curso, Luanda iniciou um processo de recuperação económica que passa, também, pelo acordo com empresários portugueses interessados em promover a exploração agrí-

cola em grande escala. Grupos como os Espírito Santo, por exemplo, foram convidados a colaborar activamente na recuperação, para o que lhes serão devolvidas antigas fazendas.

Conta-se, inclusivamente, um episódio sucedido com um grande empresário português que, ao visitar recentemente a sua antiga fazenda, encontrou ali o mesmo empregado africano com quem trabalhara até 1975. Depois de o ter recebido emocionado, o empregado mostrou-lhe o automóvel que pertencera ao fazendeiro, e que ainda se encontrava guardado numa garagem, tal como fora deixado há 16 anos atrás.

Fontes próximas do processo confirmaram a «O Jornal» que existem, presentemente, centenas de casos semelhantes em vias de resolução. Alguns dificilmente envolverão uma devolução total aos antigos proprietários, mas existem negociações para acordos de gestão com entidades angolanas, em regime misto.

Sorefame no Lobito

Parece ser o caso de empresas como a Sorefame do Lobito. Neste momento, a Mague-Sorefame portuguesa está em conversações com as autoridades de Luanda, para a devolução da antiga unidade do Lobito. Tudo indica que o acordo passe por uma gestão participada.

Embora de forma discreta, o Governo português também tem acompanhado de perto este processo. O próprio Cavaco Silva emitiu, em 10 de Dezembro de 1990, um despacho para o Ministério dos Negócios Estrangeiros sugerindo a criação de «uma pequena célula MNE para ponderação e

defesa junto dos governos das ex-colónias dos interesses dos portugueses cujos bens foram confiscados, nacionalizados, ou simplesmente ocupados ou interencionados no decurso dos processos de descolonização».

No mesmo despacho, Cavaco Silva acrescentava: «Deve ter-se em vista pressionar adequadamente os governos das ex-colónias a publicarem legislação ou tomarem medidas que permitam aos portugueses reaver os seus bens e, ainda, a apoiar os proprietários lesados na sua acção junto das autoridades dos novos países de língua oficial portuguesa».

Entretanto, foi criado em Portugal o Instituto para a Cooperação Económica, dependente dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, que tem vindo a recolher oficialmente os pedidos dos portugueses interessados em recuperar empresas ou em integrarem sociedades para a compra e exploração de fazendas.

Estas iniciativas vão ao encontro das medidas tomadas pelo próprio governo de Luanda que, em 28 de Junho de 1991, através de um Aviso publicado pelo Ministério do Comércio angolano, apelava a todos os interessados na restituição de empresas interencionadas ou ocupadas pelo Estado, para reclamarem dos seus direitos no prazo de 30 dias a partir da data da publicação do Aviso, mediante a apresentação de documentação-prova de residência e de legitimidade da titularidade das acções e quotas das respectivas sociedades. Este Aviso oficial do governo de Angola incluía uma lista de cerca de 60 empresas, distribuídas pelas províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Huambo e Kwanza-Norte.

Angola na via da segunda república

TRÊS MESES e meio após o cessar-fogo em Angola, três factores contrariam a bipolarização: o peso da Igreja Católica, a erupção do problema de Cabinda e o potencial de algumas das formações não signatárias dos acordos de Bicesse. Apesar disso, os dois partidos que fizeram a guerra continuam a dominar a cena política nacional, apoiados nos seus enormes dispositivos militares, nos aparelhos de propaganda e nas vantagens que os próprios acordos lhes concedem.

A Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) está assim transformada em organismo regulador do relacionamento entre os dois ex-beligerantes e gestor dos detalhes práticos. Uma tarefa que tem desempenhado com lentidão, na certeza de que o regresso à guerra é quase impossível e de que os outros problemas acabarão por, mais tarde ou mais cedo, ser resolvidos.

As relações entre militares parecem melhores do que entre os políticos e foi já dado um primeiro passo em relação ao exército nacional. Todavia, mesmo nesta matéria a dependência das decisões políticas é evidente e os problemas logísticos são tão grandes que os Estados Unidos — finalmente a grande garantia de não-descarrilamento — votaram um programa de ajuda especial que já ascende a 45 milhões de dólares (mais de seis milhões de contos).

A decisão tomada em Bicesse de "acantonar" as tropas dos dois lados parece ter ignorado que os soldados precisam de ser alojados e alimentados nos pontos de concentração e que, em Angola, se vive em ruptura de "stocks", mesmo dos produtos mais elementares. Este último aspecto domina mesmo a conjuntura sócio-económica do país e faz pairar sobre este o risco de sérias movimentações sociais, que desestabilizariam a situação. Com os níveis actuais de carencias, não será de estranhar que as reivindicações aumentem de tom, e qualquer agravamento pode conduzir a explosões semelhantes ao que se viu em Kinshasa.

Também o adiamento na questão de Cabinda só podia conduzir àquilo que hoje se vive, e a conferência dos separatistas em Lisboa, em simultâneo com sérios ataques na capital do enclave, deixa a certeza de que existe um suporte externo considerável e uma respeitável base social interna.

Neste ponto, aliás, a ausência de reconhecimento do pluralismo tanto cultural como geográfico de Angola tem sido tão grave como a negação, durante anos, do pluralismo político. Separado do resto do país em virtude de acordos coloniais e detentor de cerca de dois terços do petróleo angolano, o problema de Cabinda ganhou um impacto particular, embora outras vertentes do mosaico angolano não deixem de se fazer sentir. Em determinados grupos étnicos, sobretudo minoritários, ganha peso a ideia de que é indispensável o reconhecimento, juntamente com os direitos individuais, dos direitos comunitários.

Esta realidade, patente em todos os continentes, é outra das reivindicações inerentes ao próprio carácter multifacetado de Angola e faz parte da sua riqueza cultural. O caminho vai, sem dúvida, passar pelo reforço dos poderes locais — cuja eleição não está prevista — e nem seria inconcebível que Angola adoptasse uma estrutura federal.

Atenta à evolução dos acontecimentos está a Igreja Católica, com a força que resulta do facto de representar cerca de metade da população e a autoridade de se ter oposto publicamente à guerra. Não é por acaso que todos os candidatos a procuram e que o cardeal de Luanda seja convidado até para a cerimónia de posse dos primeiros comandantes do Exército único. O Episcopado não vai dar apoio a nenhum partido, mas as normas de conduta para os cristãos, que já tornou públicas nas pastorais e num livrinho de grande difusão, terão incidência no comportamento de grandes segmentos do eleitorado.

Da sua atitude vai depender, em larga escala, o futuro das forças não signatárias em Bicesse, talvez com excepção da FNLA, de Holden Roberto, mais próxima do protestantismo, e da população de etnia Kongo. Esta formação política aparece como provável expressão eleitoral de parte desta comunidade e deve absorver alguns dos micropartidos azuis do Norte do país.

A Frente para a Democracia, dirigida por jovens intelectuais e tecnocratas, terminou na passada semana a sua Convenção Nacional, no Huambo, e tanto a linguagem como a personalidade dos seus dirigentes fazem com que nela se reconheçam sectores da classe média — uma camada que, em Angola, tem características diferentes da Europa, mas é bastante mais numerosa do que se pensa no exterior. Por sua vez, o Partido Renovador Democrático, tem um potencial advindo da convergência de duas "tradições" históricas, acrescido do número de votos católicos que a personalidade de Joaquim Pinto de Andrade possa aglutinar.

A via para a Segunda República estará ainda, no entanto, condicionada pela data exacta das eleições, a conclusão e características do novo exército e o grau de intimidações ou "ajustes de contas" de que tivemos dois exemplos recentes. ■

Jonas Savimbi volta ao Cuito após quinze anos de ausência

O PRESIDENTE da UNITA voltou ontem, passados quinze anos, a pisar o solo da sua província de origem, o Bié, onde hoje fará um comício. Depois, Jonas Savimbi regressa à capital angolana para participar, segundo disse, numa «reunião importante da Comissão Política». Negando a existência de qualquer clima de tensão no processo de paz, aquele líder assegurou que o caso da morte do piloto da Força Aérea angolana por um soldado da UNITA está resolvido. Segundo disse, o soldado da UNITA será ouvido para se apurar as responsabilidades.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 24 DE NOVEMBRO DE 1991

22.11.1991 O JORNAL

EDF: da Tapada a Luanda

EDF (Electricité de France) pretende multiplicar as suas exportações por dez, para passar de 300 milhões a 3 biliões de francos (75 milhões de contos). Para alcançar esse objectivo, a EDF multiplica os seus projectos no estrangeiro, tanto na Europa Oriental como Ocidental, e mesmo em África e América Latina. Após ter sido vencida pela Siemens no contrato para a construção da central da Tapada, em Portugal, a EDF passou a interessar-se pelos PALOP. Em Angola, por exemplo, ela foi já encarregada da reabilitação da rede distribuidora de Luanda e da formação dos electricistas angolanos que lá trabalharão.

UNITA dá prioridade ao investimento estrangeiro

A UNITA definiu o investimento estrangeiro como uma das prioridades da sua política económica no período que precede o acto eleitoral do próximo ano em Angola.

Entre outras orientações, «os cidadãos estrangeiros que pensem investir em Angola» são convidados a fazer a distinção entre duas classes de projectos: «os que são economicamente viáveis independentemente da estratégia de desenvolvimento e consequente política de incentivos financeiros e fiscais que o Governo da UNITA implementará após as eleições; e investimentos cujos lucros possam ser significativamente afectados pelas medidas de reforma de preços, taxa de câmbio, sistema bancário e financeiro, privatizações, liberalização do comércio externo, investimentos estrangeiros, transferência de tecnologia e mercado de trabalho», pode ler-se num documento a que o EXPRESSO teve acesso.

O movimento liderado por Jonas Savimbi reconhece que «o capital estrangeiro e o seu 'know how' têm um papel importante a desempenhar na reconstrução e na manutenção do crescimento económico sustentado» e que Angola não pode obter, actualmente, «pelos seus próprios meios, capital suficiente ou investimento em infra-estruturas para responder às necessidades».

«Em princípio, os investidores estrangeiros terão igual acesso a todos os sectores da economia abertos ao investimento privado interno», revela o texto da UNITA frisando que «o interesse do investidor será

activamente encorajado nas áreas de comércio agrícola e agro-alimentar, pesca, actividades mineiras, petróleo, petroquímica, energia, transporte, comunicações e outros sectores da indústria transformadora, bem como em serviços, tais como actividades bancárias e comércio por atacado ou a retalho», acrescenta o documento.

Reavaliação de benefícios

Apesar de afirmar que «todos os direitos e benefícios garantidos pelo actual Governo serão reavaliados pelo novo Governo que assumir funções em 1992», a UNITA preconiza a atribuição de garantias comerciais e bancárias, empréstimos e juros bonificados, a criação de uma instituição de crédito especializada e o estudo de um novo sistema de impostos.

«A UNITA está inequivocamente empenhada em estabelecer uma economia de mercado impulsionada pela iniciativa privada, na qual o papel do Estado se confine ao fornecimento de infra-estruturas e serviços públicos essenciais (defesa, lei e ordem, administração da justiça, educação e serviços de saúde) e à correcção de distorções do mercado», refere o texto em análise.

O movimento angolano compromete-se igualmente a lançar «um vasto programa de privatizações, conduzida de um modo responsável e gradual para que todas as actividades económicas que estão actualmente nas mãos do Estado sejam transferidas para o sector privado».

PUBLICO

20 NOVEMBRO 1991

Leiria

Campanha a favor de Angola

UM MELHOR Natal para Angola é o que pretendem os alunos do Colégio Nossa Senhora de Fátima de Leiria, com a campanha que acabam de lançar e que irá prolongar-se até ao dia 16 de Dezembro.

A iniciativa denominada «O melhor Natal de Angola» visa recolher donativos (alimentos, roupas e brinquedos), que serão enviados para este país africano de expressão portuguesa. As ofertas devem ser entregues no Colégio N.ª S.ª de Fátima, situado na Rua Padre António, em Leiria.

«Melhor que receber é dar, especialmente se soubermos que estamos a ajudar gente que necessita de apoio», segundo os alunos Leirienses. ■ J.P.

A CPRM-MARCONI tem participado em todas as FILDA's

SEMANARIO
23 NOV 91

A FILDA 91, que penso corresponder à sua 8ª edição, foi francamente positiva. Houve por um lado um acréscimo de participações, quer de empresas angolanas quer de empresas estrangeiras, por outro lado, houve uma melhoria qualitativa das próprias presenças.

Um bom exemplo destes factos foi o Pavilhão Português coordenado pelo ICEP. Não só os empresários portugueses acorreram em grande número, como houve uma preocupação profunda com os aspectos estéticos. Portugal saiu muito prestigiado nesta presença internacional.

A participação de empresas estrangeiras na FILDA afigura-se muito importante não apenas nos aspectos comerciais, mas também porque é um bom momento para se conhecer a melhor realidade das operações em Angola e se fazer um balanço sobre os projectos em curso.

Como aspecto menos positivo, e tendo em vista as edições anteriores da FILDA, realçava as poucas visitas e contactos oficiais realizados, o que de certo modo se compreende face ao peculiar período que Angola atravessa.

A presença da CPRM-MARCONI na FILDA é uma das vertentes da concretização da política de internacionalização da Companhia, como meio de divulgação do «know-how» e das soluções que a CPRM-MARCONI oferece no domínio das comunicações. A CPRM-MARCONI está anualmente presente em cerca de 6 feiras internacionais, tendo muito recentemente participado na TELECOM 91 em Genebra.

No que diz respeito à nossa presença

em Angola, país onde a CPRM tem operações desde 1926, procurámos expor os principais projectos em curso nomeadamente o projecto de modernização da rede nacional de longa distância e o projecto de difusão de televisão via-satélite cobrindo a totalidade do território do país. São projectos muito importantes quer para Angola quer para a própria CPRM-MARCONI. Por um lado Angola irá ter a curto prazo uma rede moderna de comunicações, que dará suporte ao seu desenvolvimento económico e social; por outro, a companhia tem mais uma oportunidade para demonstrar as suas capacidades em dar uma resposta eficaz às necessidades de comunicações dos seus clientes, que no caso presente é a ENATEL, Empresa Angolana de Telecomunicações.

Outro aspecto a realçar no nosso «stand», foi o centro de telecomunicações que montámos e operámos juntamente com a ENATEL e que penso que foi um êxito total. Tratou-se de uma área reservada onde os expositores, e os próprios visitantes, podiam efectuar, ou receber, chamadas internacionais, faxes e telexes com a maior das facilidades. Num país onde presentemente é difícil comunicar com o exterior, esta iniciativa conduziu a que o «stand» da CPRM-MARCONI fosse o mais concorrido, com filas de espera logo pela manhã.

Para terminar salientava que por falta de espaço amplo no Pavilhão Português, optámos por estar presentes no Pavilhão em frente.

Dr. Luís D'Eça Pinheiro
Director de Comunicação
da CPRM

Angola ainda não oferece as garantias que os empresários julgam necessárias

Presentes em força na última edição da Filda, os empresários portugueses não conseguiram evitar um dilema: Angola apresenta-se como um mercado bastante disponível em termos de procura mas que, na sua opinião, não oferece ainda algumas garantias que julgam necessárias. Para grande parte dos 177 investidores portugueses (foram 105 no ano passado) participantes na feira de Luanda em 1991, alguns ligados a mais do que um sector, os resultados não terão correspondido completamente às suas expectativas, mesmo que algum desconto tenha sido dado à actual conjuntura de transição. Apesar de, neste campo, os dados objectivos não serem acessíveis, a opinião geral aponta para um reduzido número de negócios concretizados durante os dez dias de duração da Filda. O que não significa, pelo contrário, qualquer diminuição do interesse por parte de angolanos quer de portugueses. António Santos, Presidente da Associação Industrial do Minho, descreve assim a situação sentida pelos empresários: "não existe qualquer dificuldade em realizar negócios. O problema surge quando se trata de definir com segurança a respectiva liquidação".

Sem créditos confirmados torna-se complicado firmar negócios", acrescenta João Barbosa, das Caves Dom Teodósio. Exemplificando com o autor de que faz parte, o dosinhos de mesa, que constituem a principal mercadoria exportada para Angola (mais de 5%), refere os riscos que se podem correr se não forem tomadas medidas por parte do Governo português: "Espanha já está a fornecer vinhos aos supermercados angolanos para a próxima quadra festiva e há outros países produtores, como a própria África do Sul, que lhe podem seguir o exemplo. Se o Governo português não alterar a sua perspectiva, vai ser impossível atingir os três ou quatro milhões de contos de exportações que conseguimos no passado e acabaremos por perder a carruagem".

Entre o passado e o futuro

As soluções passam assim, segundo um grande número de empresários, pela criação, por parte de Portugal de mecanismos financeiros que permitam viabilizar os pagamentos. Para o represen-

tante da Associação Empresarial da Região de Setúbal, Castro da Silva, o papel do Governo português neste campo deveria situar-se no lançamento de incentivos através de taxas de juro baixas e no agrupamento da informação disponível sobre Angola, presentemente muito dispersa.

Esta necessidade de melhor informação faz-se sentir sobretudo na fase actual da evolução económica de Angola, em que se torna necessário uma adaptação aos mecanismos financeiros e fiscais criados nos últimos meses. De acordo com o responsável da FNAC no sector das exportações para Angola, Amílcar Lopes Pereira, "as regras do jogo estão a alterar-se o que cria alguma perturbação junto dos investidores. Os mecanismos financeiros existentes até aqui já estavam testados e os empresários tinham assim uma ideia precisa daquilo com podiam contar".

De entre estas alterações faz parte a indicação, emitida apenas há alguns dias, para que as transacções se efectuassem em kwanzas. Uma medida que provocou também algumas reticências nos investidores, pouco confiados ainda na possibilidade de cambiar esta moeda com facilidade.

"Através das medidas de liberalização do mercado abriram-se novas portas mas, na prática, elas correspondem a mecanismos que ainda não estão a funcionar plenamente. Paralelamente, extinguiram-se outros mecanismos que, de qualquer forma, já funcionavam", afirma Amílcar Pereira, sintetizando a presente situação.

A esta necessidade de adaptação das empresas já implantadas em Angola vem juntar-se a menor experiência dos novos investidores que este ano surgiram na Filda. Esse aumento de participantes que evidencia aliás uma expectativa muito grande em relação ao futuro da economia angolana. É que todos, investidores tradicionais ou recentes, de pequena ou grande dimensão, são unânimes em considerar que ali está um mercado potencial para Portugal que merece prioridade.

Ainda segundo Amílcar Pereira, na base deste interesse crescente por parte dos exportadores pode estar uma forma de encarar aquele mercado como contrapartida para as consequências (reais ou imaginadas) da entrada na CEE. Só que, nesta perspectiva, haverá que ter em conta as limitações

quanto ao número de potenciais consumidores actualmente existentes naquele país.

Partindo da própria experiência da FNAC, com larga implantação no mercado angolano e que este ano conseguiu um acréscimo de 15% no respectivo volume de negócios, Amílcar Pereira afirma que as futuras relações luso-angolanas passam por "uma estabilização da permanência naquele mercado através de mecanismos legais que criem investimento e não apenas actos comerciais". Ou seja, negócios mais duradouros e não reacções de ocasião. Ou ainda, por outras palavras, criação de desenvolvimentos com o conseqüente aumento de consumidores.

Evitar as miragens deverá ser a regra de ouro para aqueles que projectam novos investimentos na República Popular de Angola, de acordo com os investidores instalados há mais tempo no país.

Rodrigues Inácio, da STE, uma empresa de telecomunicações a trabalhar naquele país desde a independência, faz notar que, "para alguns empresários, a situação actual surge como muito fácil, com a possibilidade de negócios em cata-dupa", o que não corresponde inteiramente à realidade, sobretudo tendo em conta as dificuldades sentidas por Portugal no campo dos financiamentos.

"A presença portuguesa em Angola, afirma Rodrigues Inácio, tem várias vertentes: para alguns poderá haver algumas decepções, mas no caso das empresas já implantadas isso dificilmente acontece porque não se criam expectativas exageradas".

A necessidade de uma estratégia de longo prazo não parece, aliás, ter escapado à maioria dos representantes da indústria portuguesa que viajaram até Luanda. Apesar do reduzido número de negócios concretizados, não parecia existir, no espírito dos empresários portugueses, um sentimento de frustração generalizado.

Na base disso estava, porventura, a consciência de que muitos dos contactos encetados irão prolongar-se durante o ano e alguns poderão só vir a dar frutos a partir da próxima edição da feira.

Aliado a este estado de espírito está ainda a expectativa criada pelas próximas eleições naquele país, marcadas para Setembro de 1992 e que terão levado algumas empresas a colocarem os seus projectos



Por enquanto ainda há muitas dúvidas quanto à futura configuração económica de Angola mas também a certeza de que, em qualquer dos casos, nada voltará a ser como antes. Exemplo disso é a própria distribuição por sectores das empresas portuguesas que, sem ter sofrido grande evolução em relação aos anos anteriores, apresenta algumas alterações significativas.

Concretamente, o acréscimo no sector de projectos, consultadoria e engenharia sugere essa aposta em novos investimentos e, eventualmente, em novos segmentos com destaque para a prestação de serviços. De registar também algumas estreias importantes, como a da Tabaqueira, e a abertura de novos sectores, caso dos electrodomésticos. Em contrapartida, no sector dos vinhos de mesa (que tem em Angola um dos principais mercados de exportação) parece registar-se uma diminuição sensível no número de participantes.

A semelhança das anteriores edições, também este ano a participação portuguesa excedeu largamente a de qualquer outro país estrangeiro. Mesmo assim há a destacar as presenças da Espanha (com vinte «stands») e da Suécia (treze representações).

Muito notadas foram as ausências dos países do Leste europeu, que habitualmente compareciam em peso, e do Brasil. Neste último caso a estranheza foi ainda maior, já que o comportamento dos empresários brasileiros nos últimos anos parecia anunciar fortes investimentos em Angola. A justificação apresentada para esta ausência (tida por alguns como pouco convincente) referia-se às dificuldades resultantes da actual conjuntura económica naquele país.

Para o ano tudo será melhor — esta a mensagem diversas vezes transmitida pelos responsáveis angolanos durante a Filda. Mesmo para os mais cépticos ficava a certeza de que, não sendo melhor, ela seria pelo menos diferente. A começar pela própria data, já que, segundo foi anunciado, a próxima Filda deverá decorrer não em Novembro, como tem sido habitual, mas em Julho.

As outras diferenças, para além desta, são as que decorrem da evolução política e económica que irá acelerar-se no decurso deste ano. O que não significa que tudo seja imprevisível. É que "Angola é uma fonte inesgotável de trabalho e a necessidade de reconstrução é inadiável", como nos disse Amílcar Afonso, que este ano integrou o «staff» de uma

empresa de frio, a Samifi, na sua primeira visita à Filda. "Além disso, acrescenta, os angolanos sabem que é connosco que devem contar nos próximos anos".

SEMANÁRIO

23 NOV 91

Recuperação económica facilita tarefa da Paz

Portugal é um dos principais parceiros comerciais da República Popular de Angola, estando à cabeça da lista dos países fornecedores. Além disso, aumenta a percentagem que lhe cabe nas importações deste país africano. Assim, em 1988, Portugal fornecia 14,93 % das importações angolanas. No ano seguinte, essa percentagem subira para 23,61. Este indicador contrasta com a irregularidade do investimento directo português em Angola, apesar de ter sido sempre o país dos PALOP a receber a maior fatia desse investimento.

A balança comercial angolana tem uma tendência para melhorar. Embora de 1985 a 1989 o saldo entre as importações e as exportações tenha sido negativo, os últimos anos indicam uma tendência diferente. O maior responsável por esta melhoria é o petróleo, produto que Angola exporta em grandes quantidades e o grande responsável pela receita de exportações superior a 3 mil milhões de dólares em 1989. As exportações angolanas aumentaram, no período referido, 12 pontos percentuais, tendo as importações crescido apenas 2,25 %. Estes indicadores demonstram a existência de uma recuperação económica que facilita a tarefa da paz.

Os produtos que Angola importa de Portugal têm uma grande variedade e representaram, para o nosso país, vendas superiores a 57 milhões de contos em 1990. Trata-se de dados provisórios. O crescimento das exportações portuguesas para Angola tem sido acentuado, havendo anos em que os valores dobraram em relação ao ano anterior. O melhor exemplo é entre 1987 e 1988, onde se passou de 15 para 30 milhões de contos. A média de aumento dos montantes da exportação, em escudos, ronda os 70 %.

Quanto aos produtos, destaque para os vinhos, as peças de automóveis, óleo de soja, tecidos de algodão, enchidos de carne, sabões ou medicamentos, todos na ordem de um a dois milhões de contos exportados anualmente. Os crescimentos percentuais variaram muito de 1989 a 1990, desde os 203 % dos móveis ou dos 309 % das fibras sintéticas até

ao decréscimo superior a 50 % para as vendas de óleo de soja.

Bem diferente é a lista dos artigos que Angola exportou para Portugal, num valor de 12,5 milhões de contos em 1990. Quase 93 % deste montante pertence a uma única classe de produtos, os óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos. O crescimento desta importação por Portugal, de forma curiosa, foi de 70 %, ou seja igual à média de aumento anual das exportações portuguesas para Angola. Os restantes produtos referidos na lista de mercadorias que o nosso país compra em Angola, à excepção do café, que representa um volume de 728 mil contos, são importados em quantidades pouco significativas. Num exemplo significativo, basta referir que Portugal apenas importa 34 mil contos de diamantes.

Uma última referência para o saldo de cobertura da balança comercial portuguesa com Angola, que foi nos últimos anos sistematicamente positiva. Segundo dados provisórios referentes a 1990, este saldo beneficiou Portugal em 45 milhões de contos. Em média, o valor das exportações portuguesas para Angola é quatro vezes superior ao das importações provenientes do mesmo país. Este elevado saldo deverá no futuro diminuir com a recuperação de muitos sectores da economia de Angola, isto se o processo de paz se consolidar. Ao mesmo tempo crescerão as oportunidades portuguesas naquele vasto país africano, bem como o investimento directo, o qual, considerando apenas o primeiro semestre de 1991, se cifrou em montantes quase tão elevados como em todo o ano de 1990.

Evolução da Balança Comercial Portuguesa com Angola

	1986	1987	1988	1989	1990*	1991 (Junho)Evol.**	
Exportações	13 785 036	14 811 904	29 660 155	50 419 863	57 690 234	28 215 278	79.62
Importações	11 195 914	5 613 555	4 499 311	8 131 496	12 519 484	5 398 697	2.96
Saldo	2 589 122	8 998 349	25 160 844	42 288 367	45 170 750	22 816 581	411.16
Coef. de Cobertura	123.13%	260.30%	659.22%	620.06%	460.80%	522.63%	

Unidades: Milhares de Escudos. Percentagens
* Dados Provisórios
** Taxa de crescimento média anual no período 1986-1990

Balança Comercial de Angola

	1985	1986	1987	1988	1989	Varição 85/89 (%)
Exportação	2 051	1 597	2 258	2 664	3 036	12.00
Importação	1 324	989	1 187	1 386	1 443	2.25
Saldo	727	608	1 071	1 277	1 593	29.77
Coefficiente de Cobertura	154.90	161.52	190.24	192.14	210.34	8.95
Peso das Importações	39.23	38.24	34.45	34.23	32.22	-4.47

Fonte: FMI — Direction Of Trade Statistics Yearbook, 1990
Unidades: Milhões de USD

Repartição Geográfica do Comércio Externo Angolano

Principais Clientes	EXPORTAÇÕES (%)		Principais Fornecedores	IMPORTAÇÕES (%)	
	1988	1989		1988	1989
EUA	45.84	60.07	Portugal	14.93	23.61
Bélgica/ Lux.	7.26	8.11	França	11.69	13.21
Bahamas	8.00	8.08	Brasil	14.19	8.81
Jugoslávia	2.94	6.24	E.U.A.	8.01	7.44
Holanda	5.01	4.98	Holanda	8.35	6.75
Canadá	2.22	2.46	RFA	5.36	6.70
Japão	2.47	2.10	Itália	5.03	5.74
Brasil	7.84	1.79	Espanha	4.93	5.11
Portugal	1.04	1.54	Bélgica/ Lux.	2.75	3.44
França	2.80	1.29	Reino Unido	3.71	3.10
CEE	29.77	17.83	CEE	57.66	68.93
TOTAL*	2 664	3 036	TOTAL*	1 386	1 443

Fonte: FMI — Direction Of Trade Statistics Yearbook 1990
* Unidade: Milhões de Dólares

Fonte: Banco de Portugal

Principais Mercadorias Exportadas para Angola

N.C.	Produtos	Exportação		1990 1000 Exc.	% Tot	Taxa de crescimento
		1989 1000 Exc.	% Tot			
	TOTAL	50 419 863	100.00%	57 690 234	100.00%	14.42%
2204	Vinhos de uvas frescas	2 876 182	5.70%	3 004 098	5.21%	4.45%
2205	Cervejas de malte	1 265 436	2.51%	1 856 704	3.22%	46.72%
8706	Partes e acessórios dos veículos automóveis das posições 8701 a 8705	1 234 764	2.45%	1 633 630	2.83%	32.30%
5208	Tecidos algodão, com menos de 85% de algodão, com peso $\leq 200 \text{ g/m}^2$	2 010 643	3.99%	1 627 821	2.82%	19.04%
3401	Sabões	1 518 622	3.01%	1 379 697	2.39%	-9.15%
6403	Calçado com sola e parte superior de couro natural	774 550	1.54%	1 364 403	2.37%	76.15%
1602	Outras preparações e conservas de carne	954 928	1.89%	1 362 005	2.36%	42.63%
9403	Outros móveis e suas partes	373 012	0.74%	1 130 781	1.96%	203.15%
1601	Enchidos de carne, miudezas ou sangue	1 687 905	3.35%	1 128 588	1.96%	-33.14%
3004	Medicamentos em doses ou acondicionados para venda a retalho	654 897	1.30%	1 042 644	1.81%	59.21%
2202	Águas, águas minerais e gasificadas adicionadas de açúcares	789 164	1.57%	988 418	1.71%	25.25%
2710	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos	719 604	1.43%	912 337	1.58%	26.78%
7308	Construções e suas partes de ferro fundido ou aço	855 712	1.70%	907 272	1.57%	6.03%
1507	Óleo de soja	2 741 031	5.44%	888 364	1.54%	-67.59%
8905	Dragas, guindastes flutuantes e outras embarcações semelhantes plataformas	0	0.00%	819 326	1.42%	NS
4011	Pneumáticos novos, de borracha	891 899	1.77%	726 090	1.26%	-18.59%
1604	Preparações e conservas de peixes	755 288	1.50%	646 233	1.12%	-14.44%
0305	Peixes secos, salgados ou em salmoura; farinha de peixe	382 784	0.76%	601 300	1.04%	57.09%
5515	Outros tecidos de fibras sintéticas descontínuas	146 401	0.29%	598 947	1.04%	309.11%
2208	Aguardentes e licores, com teor alcoólico inferior a 80% vol.	764 152	1.52%	597 873	1.04%	-21.76%
	TOTAL DA AMOSTRA	21 396 984	42.44%	23 216 531	40.24%	8.50%

23 NOV 91

Investimento Directo Português em Angola

Anos	Montante	% do total	% nos PALOP
1987	406 609	6.9	86.2
1988	204 191	2.7	56.7
1989	570 972	3.7	44.0
1990	190 603	0.8	14.3
1991 (1.º Sem.)	123 288	0.7	32.9

Filho de um homem nascido em Moçambique, Joel Hasse Ferreira parece transportar o continente africano no coração. Quando refere a beleza das cidades de África a sua voz ganha uma nova entoação, mostrando-se particularmente sensível. Memória não lhe falta; a conversa flui e vai directamente às questões que lhe são colocadas. Este homem, despido de vedetismo, é o Presidente da EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa

África
HOJE

N.º 41 - ANO VII / OUT 1991
ISSN 0870-6794

DESENVOLVE-SE UM CONJUNTO AMPLO DE ACÇÕES A CURTO E MÉDIO PRAZO COM APOIO DE ENTIDADES INTERNACIONAIS

Angola parece estar no coração da EPUL, como explica Hasse Ferreira: "Já tínhamos com Angola várias negociações e contactos em curso mas em Julho último, celebrámos, com o Governo Provincial de Luanda, um acordo de cooperação em áreas como a da reorganização dos serviços do Governo, a da técnica, a da formação de técnicos superiores, a da reorganização dos sistemas de informação, entre outras.

Esse conjunto de áreas, que foi negociado e acordado, será concretizado sobre projectos específicos e as duas partes envolvidas procuram agora os meios de financiamento para cada um deles."

Segundo o presidente da EPUL, a concretização desses projectos está dependente dos financiamentos, embora com excepções:

"Existem alguns projectos que não estão dependentes desses apoios uma vez que estão ao alcance do governo provincial. É o caso, por exemplo, de um estudo sobre a aplicação das regras sobre o direito de superfície e, em geral, sobre a gestão do solo urbano – que é uma questão muito importante para desbloquear o problema da construção na região de Luanda. Pode fazer-se o urbanismo mais qualificado mas, se não existirem regras de utilização do solo, colocam-se problemas aos promotores imobiliários e às empresas construtoras na sua execução", diz Hasse Ferreira, que continua:

"Por outro lado, há entidades internacionais, como o Banco Mundial, a CEE e o próprio Banco Africano de Desenvolvimento, que estão interessadas em apoiar obras desde que existam, de facto, projectos em condições. É nesse sentido que nós estamos a trabalhar em Angola. Já apresentámos algumas propostas. Dessas propostas, algumas serão negociáveis directamente e outras poderão ser sujeitas a concurso. A estas últimas, também a EPUL se poderá candidatar, em conjunto com outras empresas.

Nesse âmbito, celebrámos recentemente um acordo com quatro empresas portuguesas, no sentido de, conjuntamente, apresentarmos projectos concretos, já integrados, que envolvem áreas como redes de água e do saneamento básico, o urbanismo, a organização informática, os siste-

mas hidráulicos, entre outras", salienta o presidente da EPUL acrescentando que apresentaram esse grupo de empresas aos angolanos para que elas pudessem dizer que estão na disposição de colaborar com Angola."

Em consequência da guerra, a cidade de Luanda está muito degradada e os angolanos esperam impacientes pela sua reconstrução. Ao indagarmos Hasse Ferreira sobre as condições da EPUL para dar esperanças aos angolanos nessa cooperação, a resposta veio pronta:

"Bom... eu diria que existem medidas urgentes que nos foram solicitadas, na área da urbanística, e que deverão ser cumpridas nos próximos dois anos. Trata-se de um conjunto de medidas urgentes que têm de ser tomadas num espaço de tempo muito curto e, algumas delas, mesmo dentro de um ano."

Para Hasse Ferreira, o desenvolvimento da reconstrução implica a participação de um conjunto significativo de empresas portuguesas, e salienta: "Pensamos que a EPUL pode desempenhar um papel significativo porque, com uma concepção integrada do desenvolvimento urbanístico e com as suas características de parceiro na área do saneamento básico e da hidráulica, pode perfeitamente abrir espaço para um conjunto de empresas – portuguesas e não só – ajudarem na recuperação de todas as áreas degradadas de Luanda."

Hasse Ferreira não deixa de referir que é impossível fixar datas para que Angola volte a renascer uma vez que tudo vai depender dos apoios internacionais. No entanto, frisa:

"Pensamos que amanhã já é tarde. Por isso, começámos ontem a apoiar o governo provincial de Luanda."

Para que a reconstrução de Angola se torne uma realidade, muitas serão as empresas que estarão envolvidas. Como é sabido, os angolanos não dispõem de meios para levar a cabo essa árdua tarefa e muitos são os países que se mostram interessados em investir naquele país.

"Penso que há países que têm estratégias bastante agressivas, como, por exemplo, os espanhóis, que contam com o apoio da banca e, até, do Estado", diz o presidente da EPUL que continua: "Os sul-africanos estão muito interessados em Angola e já se sente a presença francesa; os italianos também se mostram bastante arrojados.

Penso que, por um lado, os portugueses têm algumas vantagens em relação aos outros países, uma vez que existe uma relação linguística e cultural, bem como devido ao factor custo/qualidade".

Para o nosso entrevistado é importante conceber formas de associação, o mais criativas possível: "Nós, por exemplo, estamos ligados a mais quatro empresas portuguesas mas estamos também a negociar, com um grupo espanhol, a participação conjunta num projecto de saneamento e infra-estruturas de Luanda, que contará com o financiamento do Banco Mundial, com créditos de bancos espanhóis e com a participação de mais uma empresa catalã.

No caso dos franceses também estamos interessados em trabalhar com eles. Existem empresas franco-portuguesas que poderão fazer connosco uma participação triangular. Apesar de sermos a favor de uma cooperação com outros países na reconstrução de Angola, procuraremos sempre utilizar o máximo de técnicos e trabalhadores portugueses".

EPUL está, assim, a fazer com Angola uma cooperação triangular, envolvendo-se em projectos com a França e com a Espanha. A esse propósito, Hasse Ferreira diz que "com a França têm uma colaboração na área de construção. Quanto à área de créditos notam um grande interesse da Espanha que tem maior capacidade de crédito e de movimento político na CEE".

"Há que não ser extremamente sovina e perceber que a participação portuguesa poderá passar, em alguns casos, pela cooperação com outros países. Não podemos querer, dada a situação de Angola, que esse país seja um terreno reservado aos portugueses... É saudável este tipo de colaboração triangular, uma vez que podemos associar os recursos mais capazes de cada país", remata.

A ECONOMIA DE ANGOLA ANALISADA POR FÁTIMA ROQUE

Africa
REVISTA

N.º 44 / ANO VII - OUT 1991
ISSN 0871-0794

A Prof.ª Doutora Fátima Roque, economista, professora universitária e quadro superior da UNITA, concedeu-nos uma entrevista oportuna em que são analisados temas fulcrais da economia angolana.

É apresentada também uma estratégia gradual de que constam instrumentos e medidas de política e efeitos prováveis na transformação do sistema e das estruturas — e que se pode analisar na leitura dos 6 quadros (A a F) que acompanham a entrevista.

O "déficit" orçamental de Angola dificultado por emissões monetárias sem contra-partidas, mereceu da nossa entrevistada os comentários seguintes:

"Do ponto de vista de vista macro-económico têm especial importância os défices orçamentais, pois são determinantes para a evolução dos grandes equilíbrios. Em Angola os défices orçamentais têm sido avultados desde 1978. A preços oficiais, o déficit orçamental correspondeu em média a 26% do PIB nos últimos quatro anos, o que claramente é um nível insustentável. O peso deste déficit é substancial, mesmo se comparado com a média dos países africanos em condições semelhantes. Agrava-se a situação pelo facto de 92% deste déficit ser financiado através de criação monetária, com consequências óbvias na manutenção e rápida aceleração das pressões inflacionistas. No contexto Angolano de preços fixados administrativamente estas pressões têm reforçado a carência generalizada de bens nos mercados oficiais e o florescimento

dos mercados paralelos. Outra consequência é a perda generalizada do poder de compra dos salários, incitando à utilização dos pagamentos em espécie.

Terão sido quatro os factores principais desta situação. Primeiro, o controlo praticamente total da economia exercida pelo Governo da RPA. Segundo, a cobertura das nefastas consequências desta situação dada pelas receitas petrolíferas. Terceira, a ausência de esquemas credíveis da cobertura das despesas orçamentais, como sejam um sistema adequado de impostos e outras formas de financiamento do défice, menos distorsores da economia, usuais em sistemas de mercado. Finalmente, as elevadas despesas militares, resultado de uma guerra que resulta exclusivamente da tomada do poder por parte do MPLA em 1975.

É NECESSÁRIO UM AMBIENTE MONETÁRIO ESTÁVEL

Para uma economia de mercado funcionar eficientemente, o Governo, ao nível macro-económico deve assegurar um ambiente monetário estável e limitar as despesas à previsão dos serviços pelos quais é responsável. A UNITA reduzirá gradualmente o défice orçamental para níveis sustentáveis e compatíveis com outros objectivos de natureza macro-económica. Num período de cinco anos o objectivo actual é reduzir o rácio do défice orçamental no PIB para 1/3 do seu nível actual, isto é, cerca de 3% ao ano, até um nível de 8%. Como?

(I) redução das despesas: redução drástica das despesas não produtivas com a defesa e segurança do Estado investimentos não produtivos: redução gradual dos subsídios que actualmente sustêm o sector estatal, prevendo-se a satisfação dos serviços de necessidades básicas;

(II) aumento das receitas: racionalização do sistema de impostos; obtenção de receitas adicionais pelo desmantelamento do sistema administrativo de importações e sua substituição parcial por direitos aduaneiros;

(III) pelo financiamento adequado das despesas orçamentais através do sistema bancário;

(IV) pelo recurso ao financiamento internacional — incluindo a renegociação e cancelamento de grande parte da actual dívida externa — em condições favoráveis, para o qual a credibilidade política do Governo e a confiança no seu empenhamento numa transformação do sistema económico e actuais estruturas, são factores decisivos".

A.H - Até que ponto os acordos de Paz poderão influenciar o orçamento do Estado?

F.R. - "Ao contribuirem para a redução das despesas militares diminuem obviamente uma importante componente do défice, mas não constituem de maneira nenhuma a solução para um défice orçamental crónico de natureza mais

Quanto á progressão do mercado paralelo mesmo depois da mais recente troca de moeda, adiantou:

F.R. - Como sabemos o mercado paralelo é uma consequência das distorções produzidas pelo actual regime económico. Salienta-se, por um lado, profunda desarticulação e escassez da produção e, por outro, o racionamento do consumo e contenção das importações, impostos como resposta ao grave desfasamento entre a procura e a oferta. A sua eliminação só ocorrerá, portanto, como consequência natural da transformação do sistema e das estruturas. Aliás, medidas parciais como as que o Governo da RPA decretou em Setembro de 1990 — contenção da procura interna através da redução drástica da massa monetária em circulação — não só não contribuíram para a redução do mercado paralelo como agravaram a situação. Os efeitos produzidos foram os teoricamente esperados: efeito deflacionista com pesadas consequências em termos económicos e sociais, e desconfiança no sistema bancário, prejudicando o financiamento não inflacionista da economia por via interna. E finalmente o agravamento posterior da inflação para níveis próximos de 600% ano (no mercado paralelo)”.

As eventuais medidas de libertação para a economia angolana nesta sua caminhada para a economia de mercado foram assim esquematizadas:

F.R. - “Esta questão têm vindo a ser cuidadosamente estudada pela UNITA e consta em vários documentos já disponíveis, existindo ainda naturalmente uma reflexão sobre este tema em curso dada a reconhecida complexidade da tarefa. A UNITA defende uma economia de mercado orientada para o bem estar social, impulsionada pela iniciativa privada, na qual os sinais de mercado condicionam as acções dos agentes económicos privados e também as políticas do governo no que respeite às suas responsabilidades específicas. As políticas económicas deverão ser orientadas, também, no sentido de reduzir as desigualdades sociais. A descrição dos instrumentos a adoptar e a sua interacção dificilmente poderá ser resumida neste contexto, apresentamos todavia algumas dessas medidas no quadro que se segue”.

A.H. - Acha possível e desejável uma possível participação de Angola numa eventual zona de escudo?”

F.R. - “Diversas soluções podem ser perspectivadas para esta questão, não existindo ainda condições e informações económicas e políticas que tornem possível uma decisão. Assim salientamos, para além da possibilidade mencionada, a adesão à zona o Franco, ao Rand, ou a uma moeda de fácil aceitação internacional como acontece actualmente com o dólar e no futuro próximo com o ECU. Em qualquer caso a estabilidade cambial da moeda de referência e a estrutura do comércio externo angolano serão factores determinantes na opção a fazer. Estamos cientes da necessidade de uma política cambial correcta, permitindo flutuações controladas pelo Banco Central, em consonância com a inflação interna e a defesa da competitividade das nossas exportações”.

A.H. - Em que medida os bancos portugueses que operavam em Angola terão vantagem em se reinstalar?”

F.R. - “A UNITA defende o desenvolvimento de um sistema bancário eficiente e competitivo, capaz de mobilizar níveis adequados de poupança, para satisfazer as necessidades de financiamento (não inflacionistas) do orçamento, e apoiar o investimento produtivo do sector privado. Procuramos estimular e não limitar, o tipo de operações desenvolvidas pelos bancos, fomentando a sua especialização num ambiente propício à desejável expansão do sector financeiro. Neste contexto, esperamos que os bancos portugueses possam dar o seu desejável contributo”.

CRITÉRIOS ECONÓMICOS PARA INDEMNIZAÇÕES

Falámos depois de indemnizações e restituição de bens confiscados, A Dr.^a Fátima Roque esclareceu-nos o seu ponto de vista e o da UNITA:

F.R. - “Critérios de natureza económica serão os únicos factores determinantes da política de privatizações a seguir. Concretamente: (I) a capacidade financeira do candidato potencial (II) a familiaridade com as condições do país, e sobretudo (III) a capacidade de contribuir positivamente para o desenvolvimento económico de Angola, nomeadamente em qualificação de mão-de-obra, tecnologia e know-how, desenvolvimento infraestrutural, adequada remuneração do trabalhador e a potencialização de outras actividades económicas.

Claro está que grupos e empresas com um passado histórico em Angola, sempre que cumpram os requisitos indicados, terão um tratamento preferencial. Rejeitamos veementemente a alienação do património angolano, como aconteceu recentemente quando o Governo de Luanda propôs a entrega das fazendas de café a vários grupos económicos

estrangeiros, sem acautelar devidamente os interesses nacionais.

Reconhecemos a tentação do Governo do MPLA, não só em tentar melhorar as suas possibilidades eleitorais ou procurar gerar uma euforia económica falsa, mas também em enriquecer os seus membros e apoiantes à custa da Nação. Todos os direitos e benefícios garantidos pelo actual Governo serão, à vista da falta de clareza e firmeza dos critérios que estão a ser utilizados pelo Governo de Luanda, reapreciados pela UNITA se fôr Governo em 1992. Protegeremos o direito do povo angolano a defender e melhorar o seu património”.

O investimento estrangeiro é indispensável a Angola. Que garantias o país lhe poderá oferecer?”

F.R. - “A principal garantia será o próprio fortalecimento da economia de mercado pela UNITA, ao permitir que os preços sejam os indicadores adequados da afectação dos recursos; para além disso, dele decorrerá naturalmente o livre acesso aos inputs necessários, nomeadamente matérias primas e bens de equipamento; uma gestão macroeconómica firme e adequada, o desenvolvimento dos mercados financeiros, a desburocratização do sistema e livre acesso à informação.

Garantias legais são também, todavia, da maior importância. A UNITA entende que os potenciais investidores em Angola, dada a sua experiência desde a independência querem garantias básicas em, pelo menos duas áreas para afastar preocupações específicas. Concretamente, (I) a garantia de título de propriedade, e (II) a disponibilidade de moeda estrangeira para as necessidades essenciais de investimento. O Governo da UNITA não expropriará as empresas privadas, quer nacionais quer estrangeiras.

A UNITA defende um sistema económico baseado na iniciativa privada na privatização do sector empresarial do Estado, no desenvolvimento da classe empresarial angolana e na promoção do investimento estrangeiro.

A nacionalização é a antítese da estratégia de desenvolvimento da UNITA. Quanto às transacções em moeda estrangeira, a UNITA garantirá que as divisas estarão disponíveis para investimentos estrangeiros aprovados pelo Banco Central sempre que se destinarem a (I) proporcionar ao investidor o pagamento dos empréstimos em moeda estrangeira, assim como dos juros e outras despesas decorrentes desses empréstimos; (II) pagamento das taxas e direitos de exploração de patentes devidas aos cidadãos residentes fora de Angola; (III) transferência de lucros líquidos ou, no caso de companhias, pagamento de dividendos. Se o investimento estrangeiro ou parte do investimento fôr vendido pelo investidor original a um residente em Angola; ou existir redução do capital de uma empresa, da responsabilidade de um investidor estrangeiro e legalmente autorizada, a moeda estrangeira será posta à disposição para exportação.



Como complemento do garante de protecção legal dos direitos de propriedade privada, o Governo da UNITA cederá segurança adicional aos investidores estrangeiros proporcionando a criação de instrumentos jurídicos e contemplando a hipótese de assinar acordos bilaterais e multilaterais para a defesa dos interesses económicos legalmente constituídos dos nacionais de cada um desses Estados. O Governo da UNITA garantirá, também, o direito à arbitragem internacional no caso de diferendos sobre o investimento, e aceitará as condições internacionais mais apropriadas nesta área. ■



N.º 44 / ANO VII / OUT 1991
ISSN 0870-6794

H. CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO E À REINTEGRAÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL	
<ul style="list-style-type: none"> - Legislação dos direitos inerentes à propriedade privada - Legislação eliminando a discriminação entre diferentes tipos de empresas (cooperativas, empresas públicas e privadas) - Legislação sobre falências - Quadro legal para a propriedade e participação dos cidadãos e dos diferentes grupos sócio-económicos (cooperativas rurais, artesãos, comerciantes, etc...) 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação da propriedade, surgimento de novas empresas produtivas, promoção de uma classe empresarial angolana - Participação popular: mais alargada na produção, integração progressiva do sector informal
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de infra-estruturas essenciais à recuperação económica (transportes e comunicações, distribuição de energia, saneamento básico e irrigação, ensino básico e programas sanitários) 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais, criação de emprego, melhoria da qualidade da formação da mão de obra
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de mercados e de centros de produção e de armazenagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração progressiva num sistema de mercado da parte da população ainda dependente da agricultura de subsistência; correcção dos desequilíbrios regionais
<ul style="list-style-type: none"> - Programas de investimento público regional 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior desenvolvimento regional e correcção da degradação regional
<ul style="list-style-type: none"> - Eliminação dos monopólios estatais no domínio do comércio internacional - Acesso das empresas à moeda estrangeira 	<ul style="list-style-type: none"> - Integração na economia mundial, maior participação da política comercial
<ul style="list-style-type: none"> - Protecção do meio ambiente e aproveitamento dos recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria da qualidade de vida; melhoria na balança de pagamentos; maior capacidade de crescimento e desenvolvimento sustentado

**ESTRATÉGIA GRADUAL
INSTRUMENTOS E MEDIDAS DE POLÍTICA E EFEITOS PROVÁVEIS
NA TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA E DAS ESTRUTURAS**

A. MELHORIA DO NÍVEL E DO PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO			
INSTRUMENTOS E MEDIDAS DE POLÍTICA	EFEITOS PROVÁVEIS	INSTRUMENTOS E MEDIDAS DE POLÍTICA	EFEITOS PROVÁVEIS
<ul style="list-style-type: none"> - Programas de emergência na saúde, nutrição, alfabetização, reintegração das populações civis e militares deslocadas pela guerra, reciclagem profissional, formação profissional acelerada para reintegração tropas na vida produtiva civil, construção de habitação e reconstrução das infra-estruturas físicas básicas destruídas pela guerra 	<ul style="list-style-type: none"> - Satisfação de necessidades sociais prementes: investimento em capital humano; melhoria dos níveis de vida; melhor distribuição de rendimentos 	<ul style="list-style-type: none"> - Preços mínimos para colheitas alimentares 	<ul style="list-style-type: none"> - Produção acrescida e sustentada, rendimento garantido para os agricultores; aumento de produção de bens alimentares
<ul style="list-style-type: none"> - Redireccionamento da despesa pública em benefício de sectores sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - Satisfação de necessidades básicas; investimento em capital humano; nível de vida mais elevado 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de actividades económicas básicas na agricultura e intensificação da utilização de recursos humanos locais 	<ul style="list-style-type: none"> - Desencorajamento de migração do trabalho; melhoria das capacidades existentes
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um sistema de segurança social 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução dos custos sociais de estabilização e transformação económica 	<ul style="list-style-type: none"> - Monetização gradual dos salários - Manutenção temporária da remuneração não monetarizada para os menos favorecidos 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor padrão de distribuição de rendimentos

D. FORTALECIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO			
INSTRUMENTOS E MEDIDAS DE POLÍTICA	EFEITOS PROVÁVEIS	INSTRUMENTOS E MEDIDAS DE POLÍTICA	EFEITOS PROVÁVEIS
<ul style="list-style-type: none"> - Reabilitação e racionalização das capacidades produtiva e infra-estruturas instaladas; criação de um sistema permanente a nível nacional de manutenção das aquisições económicas e sociais 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor utilização da capacidade instalada; crescimento económico; poupança de moeda estrangeira 	<ul style="list-style-type: none"> - Afectação de uma maior parcela de meios de pagamento externos às importações de factores essenciais à produção nos sectores agrícola e industrial 	<ul style="list-style-type: none"> - Satisfação de necessidades básicas; expansão do emprego agrícola e industrial; crescimento da produção interna de bens essenciais
<ul style="list-style-type: none"> - Reforma agrária - Modernização do sector de produção alimentar - Preços mais elevados ao produtor 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso mais eficiente da terra; incentivo à iniciativa privada; criação de emprego - Aumento de produção e das oportunidades de emprego; alívio da pobreza e distribuição de rendimento mais equitativa 	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivos à utilização de produtos agrícolas domésticos como factores de produção para a indústria - Aplicação de políticas comerciais e de preços a fim de aumentar a produção interna e encorajar o consumo de bens domésticos 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior interdependência entre a agricultura e a indústria - Aumento da oferta de bens básicos e intermédios, alterações nos padrões de produção e de consumo; melhoria da balança de pagamentos; redução da dependência externa
<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de mercados rurais e de redes de comerciantes rurais privados 	<ul style="list-style-type: none"> - Eliminação progressiva de troca directa e regularização dos preços dos bens; desenvolvimento rural; melhor integrado; satisfação de necessidades básicas; expansão do emprego rural; melhoria dos circuitos de distribuição 	<ul style="list-style-type: none"> - Remoção das restrições às exportações, "draw back" temporário no caso de introdução de tarifas à importação; incentivos específicos à exportação; garantias aos exportadores de acesso automático às receitas de exportação 	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação da base produtiva; crescimento das exportações e das suas receitas
<ul style="list-style-type: none"> - Melhores meios de transporte e de armazenagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento integrado; geração de emprego; satisfação de necessidades básicas 		

C. DESENVOLVIMENTO DE UMA ECONOMIA DE MERCADO SOCIALMENTE ORIENTADA E IMPULSIONADA PELA INICIATIVA PRIVADA E PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE UMA CLASSE EMPRESARIAL ANGOLANA	
<ul style="list-style-type: none"> - Reorientação da actividade económica do sector público e programa selectivo e calendarizado de privatizações, para uma definição equilibrada dos sectores público e privado - Promoção do investimento produtivo privado 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da livre iniciativa; maior descentralização das decisões económicas; redução de interferências administrativas; maior disciplina financeira; criação de postos de trabalho
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um sector bancário diversificado e eficiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema bancário competitivo; acrescida mobilização das poupanças; financiamento mais eficiente dos défices orçamentais; melhor factação dos recursos às actividades produtivas do sector privado
<ul style="list-style-type: none"> - Promoção e desenvolvimento de pequenas e médias empresas - Abertura das redes de distribuição e venda à iniciativa privada 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior mobilização da poupança interna; maior envolvimento de empresários nacionais; desenvolvimento de uma classe empresarial angolana - Incentivo à produção agrícola e ao comércio interno e serviços
<ul style="list-style-type: none"> - Criação de infra-estruturas rurais e de instituições destinadas a sustentar indústrias de pequena e média escala, com ênfase na tecnologia e finança domésticas - Promoção de canalização eficiente de fundos para as áreas rurais 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento rural integrado; desenvolvimento de tecnologia rural; criação de emprego; maior mobilização das poupanças rurais e maior peso de interdição financeira
<ul style="list-style-type: none"> - Promoção do investimento estrangeiro 	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de emprego; incentivo à concorrência; transparência de capacidade tecnológica e de gestão; difusão, adaptação e desenvolvimento tecnológico
<ul style="list-style-type: none"> - Aumento de investigação do domínio da produção agrícola; criação de serviços de extensão rural e de sistemas para a difusão e aplicação de tecnologia simples e intermédia 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior auto-suficiência alimentar; lançamento de uma base industrial sólida; promoção do crescimento auto-sustentado; redução da dependência externa



E. REDIRECCIONAMENTO DA PROCURA INTERNA	
<ul style="list-style-type: none"> - Melhor controlo da despesa pública - Redução drástica da despesa governamental para a defesa e para os sectores públicos não produtivos; instauração de um programa eficaz de gestão da dívida - Redirecionamento da despesa em favor dos sectores sociais - Eliminação dos subsídios com excepção daqueles que se destinam aos sectores sociais básicos e/ou directamente ao acréscimo da capacidade produtiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do défice orçamental; libertação de recursos para a actividade produtiva; melhoria da balança de pagamentos - Melhoria da afectação de recursos; melhoria da balança de pagamentos; libertação de recursos para o investimento em favor do programa de transformação sustentada da economia - Investimento em capital humano; melhoria de qualidade de formação da mão-de-obra; melhor afectação de recursos - Melhoria do equilíbrio fiscal; libertação de recursos em favor do investimento produtivo
<ul style="list-style-type: none"> - Controlo da expansão do crédito doméstico para evitar um crescimento excessivo da oferta monetária 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabilização da procura agregada e controlo da inflação
<ul style="list-style-type: none"> - Liberalização gradual das taxas de juro 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da poupança e da produtividade do capital através de uma afectação mais eficiente de fundos para investimento
<ul style="list-style-type: none"> - Liberalização gradual e selectiva das importações substituição progressiva de restrições quantitativas por tarifas uniformes; manutenção temporária de restrições quantitativas às importações de certos bens básicos produzidos localmente 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da eficiência produtiva; crescimento das exportações; alterações nos padrões de consumo; aumento da receita fiscal; redução de actividades especulativas; política comercial mais transparente
<ul style="list-style-type: none"> - Alargamento da base de tributação; criação de um regime fiscal mais eficiente 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da receita do governo

N.º 44 - ANO VII / OUT 1991
ISSN 0870-6794

F. MELHOR AFECÇÃO DE RECURSOS			
- Política cambial adequada à estabilização macro-económica	- Aumentos "controlados" dos preços dos bens importados, sem prejudicar o padrão de distribuição de rendimento ou provocar um impacto negativo na produção interna; eliminação de transacções especulativas relacionadas com expectativas de desvalorização da moeda	- Afectação sectorial do crédito, taxa de juro nominal selectiva	- Aumento de produção alimentar e de bens manufacturados e essenciais; afectação eficiente de fundos e outros recursos às actividades do sector produtivo privado; redução das transacções especulativas
	- Estimulo da concorrência	- Monetização gradual dos salários	- Maior transparência da estrutura salarial; política de rendimentos e preços eficiente; melhoramento das estatísticas nacionais; distribuição de rendimentos mais equitativa; eliminação de mercados paralelos
- Afectação administrativa, transitória, de dividas, para importar factores de produção essenciais nos sectores agrícola e industrial, assim como de produtos básicos específicos de carácter social	- Satisfação de necessidades básicas; redução gradual da dimensão do sector de subsistência; melhoria da balança de pagamentos	- Avaliação e selecção de investimentos públicos de acordo com as políticas macro-económicas e com as prioridades sectoriais e regionais definidas	- Criação de inter-relações entre a agricultura e a indústria; criação de emprego; melhoria da produtividade; melhores infra-estruturas rurais e instituições agrícolas
- Redução de interferências administrativas e maior peso das forças de mercado	- Melhor afectação de recursos; libertação de recursos em benefício do investimento produtivo; estímulo da concorrência	- Monetização progressiva do sector informal	- Distribuição de rendimentos mais equitativa; aumento de produtividade agrícola; padrão de desenvolvimento mais e melhor integrado
- Redução da despesa pública com a defesa e com as actividades não produtivas			
- Redirecionamento das prioridades da despesa pública			
- Liberalização gradual de preços; manutenção temporária de preços controlados de um cabezal pre-determinado de produtos básicos	- Eliminação de mercados paralelos; estímulo de produção agrícola, industrial e de serviços; melhoramento das estatísticas nacionais; protecção dos menos favorecidos		

SOPORCEL

CONSOLIDA POSIÇÃO

SEGUNDA-FEIRA, 25 NOVEMBRO 1991 46 PÚBLICO

A Soporcel-Sociedade Portuguesa de Celulose vai concluir este ano um período de elevados investimentos, que se traduziram na aplicação de 50 milhões de contos na unidade de produção de papel (220 mil toneladas/ano) e de mais 20 milhões de contos num plano de florestação que durou cinco anos.

Entretanto, para além dos três milhões de contos já despendidos na protecção ambiental, as instalações da empresa, na Figueira da Foz, continuam a requerer, anualmente, investimentos de dois a três milhões de contos, em beneficiações marginais no equipamento fabril, com vista à manutenção da sua eficiência e competitividade.

Com vista à internacionalização, a Soporcel tem vindo a desenvolver contactos com as autoridades angolanas, em colaboração com a Portu-

cel. Já houve várias deslocações de equipas mistas (das duas empresas) a Angola, com o objectivo de estudar investimentos naquele país. As potencialidades são grandes, uma vez que existe matéria-prima susceptível de aproveitamento, na produção de pasta de papel (nomeadamente na zona do Alto do Catumbela). Mas o investimento português naquele sector em Angola não será imediato. É necessária estabilidade política, económica e social, para o lançamento das grandes infra-estruturas que o tipo de indústria em causa exige.

De qualquer forma, o interesse da Soporcel é grande: "As nossas origens, como empresa, estão ligadas a Angola, uma vez que o nosso complexo fabril estava projectado para aquele território. O projecto acabou por ser realizado em Portugal, mas uma participação futura no sector das celulosas em Angola seria um 'regresso às origens', que nos agrada", afirma Luís Deslandes. ■ J.G.F.

PÚBLICO 27 SEGUNDA-FEIRA, 25 NOVEMBRO 1991

Fernando Valadas Fernandes
em entrevista ao PÚBLICO

ENGIL IRÁ A TODAS AS GRANDES OBRAS

P. — A nível internacional, é conhecida a implantação da Engil em Angola. Quais são os mercados preferenciais?

R. — Aqueles em que apostamos seriamente, porque talvez não valha a pena pensar em muito mais do que isso, são Angola, onde já estamos bem implantados, e Moçambique, onde vamos entrar agora. Estamos também em Macau e na Guiné. Estaremos ainda, dependendo das circunstâncias, onde o nosso parceiro estratégico, a Amec Plc., nos proporciona a internacionalização.

Um aspecto importante, no que respeita à internacionalização, tem a ver com o escoamento da capacidade instalada em Portugal. Num mercado em desaceleração, as empresas de maior dimensão têm de se voltar para o exterior.

CABO VERDE



N.º 44 / ANO VII / OUT 1991
ISSN 0871-0794

A gestão urbana e turística fazem parte da área de acção cooperante da EPUL.

Há “passos dados na cooperação com Cabo Verde e a possibilidade de concretização dos projectos é bastante grande”, diz Hasse Ferreira ao ser questionado sobre a acção da EPUL naquele outro país de expressão oficial portuguesa. E adianta:

“Em Julho último, assinei, com o presidente da Câmara da Praia, um protocolo que tem a ver com a cooperação nos campos da gestão urbana e da habitação, englobando a recuperação de zonas históricas degradadas. Também prevemos a constituição de equipas mistas e de uma comissão permanente.”

Na área do turismo de Cabo Verde, a EPUL mostra-se francamente interessada tendo, para isso, feito um acordo com uma empresa local, a CABETUR.

Ainda sobre esse país, não deixa de frisar que pretendem que os nacionais vão, progressivamente, tomando conta dos projectos do seu país:

“Em Cabo Verde existe uma grande massa de pessoas com formação, pelo que pretendemos apoiá-la”, remata o presidente da EPUL.

NOVEMBRO 1991

Presidente de Cabo Verde termina visita

O PRESIDENTE de Cabo Verde terminou a visita de dez dias a Portugal. Mascarenhas Monteiro foi agraciado por Mário Soares com o Grande Colar da Ordem da Liberdade, altura em que o Presidente da República formulou votos para uma “pacífica evolução da sociedade cabo-verdiana no sentido de o multipartidarismo poder servir de exemplo a seguir” por outros países da África. Durante estes dez dias de visita, o Presidente de Cabo Verde foi recebido pelo primeiro-ministro Cavaco Silva e pelo Presidente da Assembleia da República. Deslocou-se ao Porto, a Coimbra e aos Açores, mantendo aí contactos com autoridades e representantes do empresariado português. Neste âmbito foi distinguido com o grau de sócio honorário da Associação Industrial Portuguesa. Na altura, Mascarenhas Monteiro prometeu todo o apoio do seu país às iniciativas que os investidores portugueses venham a concretizar no seu país. ■

Guiné-Bissau com situação alimentar preocupante

A SITUAÇÃO alimentar da Guiné-Bissau tornou-se preocupante e é incompatível com a promoção de bons níveis de desenvolvimento, segundo salienta um estudo sobre política nutricional financiado pelo Banco Mundial, a que a agência Lusa teve acesso.

O estudo, elaborado pelo Instituto Luso-Africano de Desenvolvimento e Actividades da População (ILADAP), foi feito sobre uma amostra de 1741 indivíduos e deverá ser apresentado publicamente em Dezembro, em Bissau, num seminário a organizar pelo Ministério da Saúde Pública.

As conclusões deste estudo, cujo trabalho de campo foi feito entre 1990 e 1991, salientam que "as crianças e os adolescentes são os mais afectados, sobretudo com crescimento e desenvolvimento irregular, surto de pelagras — doenças de pele provocadas por falta de vitaminas que podem chegar a problemas de saúde mental —, avitaminoses e massa corporal muito inferior ao normal".

O consumo médio de energia é dos mais baixos do mundo, com 1973,5 quilocalorias, quando a média dos países com rendimento débil se situa nas 2327, segundo salienta o estudo. Em Portugal este valor é superior a 3500 quilocalorias.

A situação na Guiné Bissau tem como reflexos que "a generalidade das pessoas sente desânimo e manifesta pouco interes-

se pelas suas tarefas porque não vê saídas para que elas se desenvolvam melhor e muito menos inverter uma situação que se degrada".

Por outro lado, também a maioria das pessoas "não está preparada para o bom desempenho das suas tarefas, age rotineiramente e não revela capacidades para intervir como agente de mudança", destaca o estudo.

O documento analisa a situação alimentar no sector hospitalar, que classifica de "inadequada" já que as deficiências detectadas revelam condições de armazenagens "perigosas" e "precárias condições de preparação das refeições".

Ainda neste ponto, o planeamento nutricional é "inexistente" e o planeamento económico "impraticável", refere o documento.

A Guiné-Bissau dispõe unicamente de uma nutricionista para cerca de um milhão de habitantes, e o estudo do ILADAP defende serem necessários pelo menos mais seis, "para a fase de arranque".

Face à inexistência de programa de educação e formação nutricional, os autores do estudo sustentam, "com carácter de emergência", a criação do conselho de alimentação e nutrição, que providencie formas de intervenção junto da opinião pública. ■

Museus reunidos em Bissau

REALIZA-SE ENTRE 26 e 29 de Novembro, em Bissau, o III Encontro de Museus de Países de Língua Oficial Portuguesa, organizado pela comissão portuguesa do ICOM (The International Council of Museums) de que é presidente a conservadora de museu Natália Correia Guedes. "Que museus para os países africanos de língua portuguesa" é o tema em debate no encontro de Bissau, que conta com a participação de 40 especialistas — directores e conservadores de museus de Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São-Tomé e ainda um representante do Museu Marítimo de Macau. O encontro, organizado em colaboração com a Direcção-Geral da Cultura da Guiné-Bissau, realiza-se dias depois de, no Togo, decorrer uma "Sessão Plenária de Museus Africanos". ■

Missão militar parte para a Guiné-Bissau

UMA MISSÃO militar portuguesa parte hoje para a Guiné-Bissau, onde vai fiscalizar as obras de recuperação do edifício destinado exclusivamente a albergar missões militares portuguesas de cooperação bilateral.

O edifício em obras de recuperação, cedido pelo Estado guineense para este fim, no âmbito dos acordos de cooperação bilateral, fica situado no Bairro de Santa Luzia, na capital guineense.

Fonte oficial adiantou à Lusa estarem já adiantadas as diligências junto dos outros quatro países africanos de expressão portuguesa para a atribuição de edifícios exclusivamente destinados a albergar os militares deslocados em missões de cooperação.

Na Guiné-Bissau, as missões militares portuguesas vão colaborar com as autoridades daquele país na reestruturação da administração militar, nas transmissões, no serviço de material e na engenharia militar.

Entretanto, na quarta-feira partiu para Angola uma outra missão que irá criar uma escola de instrução militar. ■

Guiné-Bissau

Frente Democrática legalizada

O SUPREMO Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau comunicou ontem à Frente Democrática, dirigida por Aristides Menezes, tê-la legalizado como primeiro partido da oposição ao regime do PAIGC, liderado por João Bernardo Vieira.

Depois de muitos protestos das diversas forças oposicionistas, que diziam estar o PAIGC a arrastar por demasiado tempo o processo de democratização, a primeira legalização verificou-se horas antes de "Nino" Vieira ter partido para uma viagem a Paris, aonde vai participar na cimeira dos países que falam oficialmente francês ou onde es-

ta língua está muito divulgada.

A legalização da primeira força a ter apresentado um mínimo de mil assinaturas exigido pela lei coincidiu também com a presença em Bissau de uma delegação do Instituto Americano para Eleições Democráticas, chefiada por John Blacken, antigo embaixador dos Estados Unidos neste país.

Menezes, antigo colaborador do Presidente Vieira, do qual se afastou nos últimos anos, anunciou à imprensa que vai reunir muito em breve a Comissão Política Nacional do seu partido, a fim de serem debatidos alguns dos problemas

que nesta altura mais preocupam a classe política guineense.

Espera-se agora para as próximas semanas a legalização de outros partidos, de modo a que o terreno fique preparado para que a Guiné-Bissau tenha dentro de um ano as suas primeiras eleições multipartidárias. E observa-se localmente que a Frente Democrática foi o primeiro porque actuou de forma mais acutilante, tendo concentrado cidadãos nas ruas e distribuído panfletos, apesar das muitas restrições impostas pelas autoridades. ■

Ali Sakala, em Bissau

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 21 NOVEMBRO 1991

Bissau aceita jornais

UMA SÉRIE de leis aprovadas pelo Parlamento da Guiné-Bissau estabelecendo o direito à greve, a liberdade sindical e de imprensa entraram ontem em vigor, pela sua publicação na gazeta oficial. Segundo as novas leis aprovadas pela câmara unipartidária guineense, passa a ser permitida a criação de jornais privados, bem como de canais de rádio e de televisão, e a criação de sindicatos independentes com direito de convocarem greves. ■

MOÇAMBIQUE PRESENTE E FUTURO

A República de Moçambique vítima de um regime marxista-leninista, que recebeu o Poder do Estado da Administração Colonial Portuguesa, gerou uma situação de guerra civil que perdura há mais de 15 anos.

Em consequência da incapacidade governativa, agravada com uma economia de guerra de guerrilha, a República de Moçambique transformou-se num dos países mais pobres do Mundo, onde se morre de fome e de miséria moral.

A corrupção, a delapidação do património do Estado, aliada à incompetência e às negociatas de toda a espécie constituem um verdadeiro estigma caracterizador do espectro social, económico e político de Moçambique de hoje. O Povo moçambicano, porém, pretende encetar uma nova vida democrática, pluripartidária, com respeito pela propriedade privada, livre iniciativa substanciada por relações económicas livres — base de uma economia de mercado.

Tendo em conta a situação sócio-económica do País, o Estado Moçambicano, para suprir a fraca capacidade de iniciativas económicas da grande maioria da sua população, irá intervir nas grandes áreas de produção, de forma a preservar a soberania nacional sem, contudo, espartilhar o normal circuito de mercado.

A exploração das grandes potencialidades económicas nacionais, tais como Cabora Bassa na sua globalidade; pesca, agro-pecuária e florestas; carvão, gás natural e outros minérios, terá sempre em vista o pagamento da dívida externa e o equilíbrio da balança de pagamentos.

A segurança interna, o combate à fome, a Saúde, o Ensino e a formação cívica e profissional dos cidadãos constituirão tarefas prioritárias e imediatas, precedidas de medidas de choque, o que exigirá do Governo uma eficiente, rápida e comedida acção.

A reabilitação de organizações empresariais e industriais de grande vulto, quer através de antigos proprietários, quer de novos interessados nacionais e estrangeiros, deverá merecer da parte do Estado bons incentivos fiscais e até mesmo linhas de crédito bonificado.

Para que o Estado moçambicano possa proporcionar ao Governo meios suficientes de uma boa acção governativa, conta com o apoio de organizações internacionais dos países mais desenvolvidos nomeadamente do *Clube dos Doze*.

O investidor estrangeiro encontrará no Código de Investimento Estrangeiro de Moçambique as condições, direitos e garantias do seu investimento, reconhecendo o seu interesse para o desenvolvimento nacional, na medida em que respeite as orientações gerais da política do Estado e, em particular, o padrão de desenvolvimento escolhido. O Estado moçambicano garantirá a transferência para o exterior do País de dividendos e lucros, assim como o produto de venda ou liquidação do património, decorrido um período mínimo sobre a data de importação do capital inicial. Em caso excepcional de nacionalização de empresas com capital estrangeiro, será garantido ao investidor o direito a uma indemnização justa. O investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico serão fortemente incentivados pelo Estado, nos sectores produtivos. O investi-

dor estrangeiro ou nacional inteligente e *agressivo* economicamente, encontrará um vasto sector pecuário, açucareiro, madeireiro, chá, castanha de cajú, tabaco, arroz, milho e trigo nas bacias do Zambeze e Limpopo ou em muitas outras zonas ricas de Moçambique — campo fértil e lucrativo para o seu investimento.

As indústrias cimenteira, de construção civil, de pesca de marisco e peixe, para consumo interno e exportação, são verdadeiras *minas* a explorar com garantia de sucesso económico e financeiro.

O aproveitamento simultâneo da energia de Cabora Bassa, do minério de ferro e de carvão, na mesma província de Tete é certeza segura do êxito de uma grande empresa de siderurgia com mercados garantidos.

Na fase de reconstrução nacional, calculada para um período de 20 anos, a indústria de construção civil é também um bom investimento de recuperação imediata do capital investido e de lucros muito atractivos.

A República de Moçambique busca a sua paz militar para se tornar num país respeitado e respeitador da Comunidade Internacional e de forma a contribuir para uma verdadeira cidadania do Mundo, onde as fronteiras nacionais ou multinacionais servirão apenas para circunscrever a área de acção policial de cada Estado para segurança de qualquer cidadão do Mundo. ■

*Advogado — Secretário Geral do Movimento Nacionalista Moçambicano

Africa
MOÇAMBIQUE

N.º 44 / ANO VII / OUT 1991
ISSN 0870-6794

Moçambique beneficiará de um conjunto de intervenções no planeamento urbanístico e económico

A EPUL tem já um acordo com o Governo de Maputo e, embora o mesmo ainda não esteja assinado, os trabalhos já estão em curso.

“Tem sido interessante o nosso trabalho com África uma vez que avançamos, muitas vezes, sem os contratos assinados, bastando apenas a palavra; do que não estamos arrependidos”, comenta o presidente da EPUL.

Quanto ao acordo com Maputo, explica: “Já está acordada a realização de um protocolo em que a EPUL presta ao conselho executivo da cidade de Maputo um conjunto de apoios e intervenções, tal como a formação

de grupos de trabalho, a transferência de metodologias dominadas pela EPUL, bem como um conjunto de acções na área do planeamento urbanístico, económico e social do reordenamento das áreas urbanas.

Já foi feito um diagnóstico da situação e constituída uma equipa central — com técnicos da EPUL e outros que trabalham com a nossa empresa — e vamos colaborar na área do planeamento e gestão urbanística, de forma relativamente criadora. Quer dizer: não vamos estar dois anos a trabalhar para entregar, no final, um plano, mas sim definir de princípio um conjunto de medidas. E serão essas medidas que se vão tornando realidade em colaboração com os próprios moçambicanos.

É um plano original este que nós queremos aplicar em Maputo, uma cidade lindíssima mas muito carente... A abertura de perspectivas de paz facilita a concretização de todo o trabalho”.

Novo ataque perto de Maputo

OITO PESSOAS foram mortas quarta-feira à noite no ataque de um grupo de homens armados (aleadamente da Renamo) ao Bairro do Infulene, nos arredores da capital moçambicana. Testemunhas indicaram que os atacantes eram cerca de 90 e saquearam algumas residências.

Este foi o terceiro ataque a bairros periféricos de Maputo desde sábado. No total foram mortas 21 pessoas.

Também na noite de quarta-feira a Renamo atacou o centro emissor da Rádio Moçambi-

que em Inhambane, capital da província do mesmo nome, no sul, matando um técnico operador e três polícias que guardavam as instalações. Dois agentes foram feridos no tiroteio de uma hora que terminou antes da chegada dos reforços militares chamados.

O emissor ficou parcialmente destruído e por isso a emissão radiofónica de ontem de manhã não foi para o ar. Foi o terceiro ataque à estação nos últimos quatro anos. ■

Teresa Lima, em Maputo

SEMANÁRIO 23 NOV 91 Moçambique privado

Octávio Mutemba, ministro da Indústria de Moçambique, acaba de anunciar a privatização de mais de 60 empresas estatais ainda durante o corrente ano.

Uma das empresas já alienadas pelo Estado moçambicano foi a Cifel, nacionalizada após a independência em 1975 e que passou a designar-se Companhia Siderúrgica de Moçambique, contando hoje com 60% de capitais privados e 40% estatais.

Nesta fase, Moçambique está a proceder à privatização de empresas de média dimensão, cujas operações passarão a ser dirigidas por um novo organismo oficial a ser criado em breve, o Gabinete de Reestruturação de Empresas Industriais (GREI), afecto ao Governo.

O financiamento do GREI e das suas actividades será feito pelo Banco Mundial (BM), contando o novo Gabinete técnico com especialistas a tempo inteiro e consultoria técnica do BM no que respeita à avaliação patrimonial das empresas a alienar. Segundo Octávio Mutemba, "o Estado vai continuar a participar em muitas das grandes empresas, numa primeira fase, retirando-se gradualmente à medida que o empresariado nacional puder, por si, substituir o Estado". Entretanto, o ministério das Finanças de Moçambique esta a preparar um caderno de encargos para distribuir no exterior.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 25 DE NOVEMBRO DE 1991

Nova organização partidária nasce em Moçambique de dissidência

UM NOVO partido político foi criado em Maputo, na sequência de uma dissidência que surgiu no interior do Partido do Progresso do Povo de Moçambique (PPPM). A nova organização denomina-se Partido Federal de Moçambique (Pafemo) e é liderada pelo ex-presidente interino do PPPM, Mariano Purdina, de 37 anos, natural da província da Zambézia.

Suíça ajuda Moçambique

O GOVERNO suíço vai conceder a Moçambique seis milhões de dólares (cerca de 850 mil contos) para a importação de equipamentos destinados essencialmente à central térmica de electricidade de Maputo. Um protocolo de intenções foi já assinado no passado sábado, na capital moçambicana, pelo ministro da Cooperação, Jacinto Veloso, e pelo encarregado de Negócios da Suíça em Moçambique. Este financiamento é concedido a título de contribuição da Suíça para o programa de reabilitação económica, em curso desde 1987 em Moçambique, programa esse que ascende a um valor global de 47 milhões de francos suíços. ■

Ataques às portas de Maputo

ENQUANTO em Roma se assinam protocolos de paz entre o Governo moçambicano e a Renamo, no terreno a guerra volta às portas da capital, com 13 pessoas mortas em ataques verificados nos últimos dias.

Na madrugada de domingo centenas de pessoas que coimiam e bebiam num aglomerado de barracas a sete quilómetros de Maputo viram a "festa" interrompida pelo som de metralhadoras.

Segundo sobreviventes do ataque, um numeroso grupo de homens armados que se tinha

infiltrado na periferia começou a disparar indiscriminadamente pouco depois da meia-noite, matando 11 pessoas e ferindo uma dezena.

O que era uma pequena feira transformou-se então num pandemónio, com pessoas a gritar e a fugir em todas as direcções, enquanto os atacantes saqueavam os produtos das barracas.

Depois, a insegurança alastrou na noite de segunda-feira a outro bairro da periferia de Maputo, o da Liberdade, onde homens armados igualmente suspeitos de serem da Renamo ata-

caram algumas casas e assaltaram a cooperativa de consumo ali existente, matando duas pessoas e ferindo cinco.

Residentes do bairro dizem que o tiroteio durou mais de uma hora, mas que não houve uma pronta resposta nem do Exército nem de outras forças governamentais.

Exército incapaz

A incapacidade do Exército e da polícia para evitar ou punir tais ataques está a provocar o

descrédito da população em relação às autoridades.

Observadores em Maputo atribuem a ineficácia dos militares aos salários baixos ou muitas vezes não pagos, bem como ao cansaço de uma guerra que nunca mais acaba e também à generalizada indisciplina que grassa nas fileiras das Forças Armadas.

Uma das interpretações dos ataques dos últimos dias é a da existência de fomes agudas em certas bases da Renamo no Sul de Moçambique. Mas também se admite uma estratégia de

pressão no terreno para que o movimento obtenha uma posição de força à mesa das negociações, que desde há mais de um ano decorrem em Roma.

Segundo o boletim "Indian Ocean Newsletter", de 19 de Outubro, a base de Ngunwe, situada a sete quilómetros do Krueger Park e já perto da fronteira da África do Sul com a localidade moçambicana de Ressano Garcia, passou recentemente de uma guarnição de 1500 homens para cerca de 2500.

A mesma publicação, que se edita em Paris, disse que forças da infantaria sul-africana estavam a abrir picadas para permitir um melhor acesso da base às zonas fronteiriças. ■

Teresa Lima, em Maputo

Inflação a subir em Moçambique

A TAXA de inflação em Moçambique será, até ao fim do ano, de 35 por cento, revelou ontem Neas Comiche, ministro das Finanças moçambicano. Esta previsão traduz um agravamento da subida de custos, no segundo semestre deste ano, uma vez que o aumento da inflação no país, entre Janeiro e Agosto, foi de 22 por cento, de acordo com estimativas oficiais. O ministro também anunciou novas tabelas salariais, que estabelecem aumentos que oscilam entre os 12 e os 23 por cento, e que entrarão em vigor a 1 de Dezembro. ■

²⁸ Preliminary investigations into coup plot completed

Mozambiquefile October 1991

Mozambique's Attorney-General, Eduardo Mulembue, announced on 5 September that the preliminary investigation into the coup plot uncovered in June have been completed, and that his office is pressing charges against 15 people under the law on crimes against state security.

Speaking at a Maputo press conference, Mr Mulembue said that nine other people had been detained for varying periods, but have been released, eight of them unconditionally.

He revealed that the plotters had initially scheduled the coup d'état for 7 April (Mozambican Women's Day, and a public holiday), but had then postponed it to 28 June. However, from 21 to 28 June 18 alleged plotters were arrested. Six other detentions were made in the ensuing two months.

Mr Mulembue said the plot had been discovered by Mozambican Military Intelligence, who gathered information "on a group that had been constituted with the aim of altering the social and legal order by means of arms, by violence".

List of accused

The most senior figures against whom the Attorney-General's office has decided to lay charges are the former chief of the General Staff of the Armed Forces, Col-Gen Sebastião Mabote, Interior Minister Col Manuel António, and retired Lt-Gen José Moiane.

Eight other officers are facing charges. They are:

- Maj Belo Amaral Filipe, chief of Mozambique's anti-aircraft defences;
- Maj Fernando Manhiça, military commander of Moamba district, in Maputo province;
- Maj Alberto Mucavel, commander of the Sixth Brigade of tanks;
- Maj José Mutame, commander of the Manhiça Military training Centre, in Maputo province;
- Capt Albano Bila, political commissar of Moamba district;
- Sgt Malaque Machel, an instructor at the Manhiça centre;
- Maj Osorio Pelembe, an official in the Defence Ministry unit in charge of protecting key economic installations;
- Afonso Nuvunga (no rank given), chief of staff of a heavy artillery battalion.

In addition, four civilians face charges. They are businessman Boaventura Machel, electrician Orlando Machel, telephone operator Beatriz Manuel (the only woman in the group), and Estevão Manhiça, a waiter in the presidential palace.

The three Machel's are all brothers of Mozambique's first president, Samora Machel, who died in a plane crash inside South Africa in October 1986.

Names of those released

Mr Mulembue said that a student, Virgílio Mwanaga, and a second lieutenant, Fernando Rodrigues, were held for a week in June. Their innocence was established and they were released on 29 June.

Four others detained in June were released by the Attorney-General's Office on 2 September. They are:

- Capt Laquino Chambal, chief of staff of Mozambique's commando units;

- Capt Tomas Fulano, a security official working in the escort of Prime Minister Mario Machungo;

- José Mucavel, a cook in the presidential palace;

- Lt-Col Cipriano Maluleque, commander of the Second Brigade, stationed at Mapai, in the southern province of Gaza.

Mr Mulembue said that the first three were released unconditionally, but that there remain doubts about Lt-Col Maluleque's behaviour. If further investigation brings to light proof of his involvement in the coup plot, he will be detained again and charged.

Three other officers were held briefly during the investigations, but were quickly released since there was no evidence against them. They were Brig Manuel Manjiche, who is a deputy in the Mozambican parliament, the Assembly of the Republic, and two men named only as Lt-Col Leopoldo, and Maj Vanuto.

The Attorney-General's office had requested the Assembly to lift Brig Manjiche's parliamentary immunity. Mr Mulembue said it would now formally inform the Assembly that no charges would be laid, and his immunity will be restored.

SNASP's last case

The preliminary investigation was carried out first by Military Intelligence, and later by the security service, SNASP. This will be the last major case investigated by SNASP, since in July the Assembly passed a law abolishing SNASP, and replacing it with an intelligence service that has no police powers.

Mr Mulembue said that SNASP has handed the entire process over to the Attorney-General's office, which in turn gave the papers to the Supreme Court for the next stage in the investigations, during which the accused have the right to defend themselves.

On the outcome of this stage of the investigation (which could take up to three months), the Attorney-General's office will decide whether to push ahead with a trial or drop the charges.

Both Col-Gen Mabote and Col António are members of the Assembly of the Republic, and if there is a trial, their cases must be heard by the Supreme Court. Mr Mulembue has therefore requested that all the accused be tried by the Supreme Court, to avoid the danger of different courts handing down different sentences for the same crime.

However, on 14 September the Supreme Court issued a note saying that this phase of the process, involving the completion of evidence against the accused, and preparation of any documents required in their defence, should take place in the Maputo city court.

Only after this stage is complete, and the accused have entered their pleas, will the documentation return to the Supreme Court. It will then decide whether to grant Mr Mulembue's request that all the cases be heard by the Supreme Court.

New Frelimo Statutes and Programme

Mozambiquefile October 1991

The new statutes and programme of the Frelimo Party, adopted in closed session at the Party's Sixth Congress in August, and made public in September, introduce substantial changes into the life of the ruling party.

In particular, joining the Party is made much easier. Under the old statutes there was a period of candidate membership of a year. The draft put before the Congress suggested reducing this to three months, but the Congress threw that out, and there is now effectively no period of candidate membership at all.

In the old statutes, every candidate had to be proposed by at least two existing Party members, and their membership was later confirmed by a higher Party body. This has been drastically simplified. Now applicants simply present their own requests for membership at their local Frelimo branch, and the branch must decide, in a space of 30 days, whether to admit them. If there is no response within that period, the applicant may consider that he has been accepted and is a full member of the Party. There is no need for confirmation.

Whereas the draft had proposed that Party members could not be elected to higher bodies until six months after they had been accepted into Frelimo, the final version places no limits on the right of members to elect and be elected.

Openness and tolerance encouraged

The orthodox Leninist concept of inner-party discipline, "democratic centralism", has disappeared from the statutes. Although all Party members are expected to respect majority decisions, they no longer have to assume them as their own. There is a new stress on "openness and tolerance towards differing points of view expressed by members".

But this does not go to the extent of allowing Party members to form structured factions. These remain banned.

For financial reasons (principally the cost of air fares and accommodation) the statutes reduce the number of ordinary sessions of the 160-member Central Committee from two to just one a year. Extraordinary sessions may be called by one third of the members or by the Political Committee.

But with just one meeting a year, the Central Committee will find it difficult to exercise its role as the supreme Party body in between congresses. The statutes give the Central Committee a formidably large number of tasks. In addition to ensuring that the political line set down by the Congress is implemented, and to determining how Frelimo should react to pressing questions of the day, the Central Committee must also deal with such eminently practical tasks as approving the Party plan and budget for the following year, drawing up the political manifestos that will be necessary for multi-party elections, and deciding on electoral strategy, including whether or not Frelimo should enter any coalition.

Secret ballots demanded

Throughout the Party, from branch level up to the Central Committee itself, the new statutes insist

that leaders shall be elected by secret ballot. Practice prior to the Sixth Congress was to vote by show of hands after discussing a single list of candidates.

The statutes also state that on any other matter where a decision is required, Party bodies may vote, and may use secret ballots, rather than the traditional attempt to find a consensus.

The new programme stresses Frelimo's role as "the Party of peace", but notes that the struggle for peace includes the participation of all citizens "in defending the country against the military aggression waged from abroad".

The document defines the "democratic socialism" that Frelimo wishes to build as "a society of social justice and a state of law, where citizens' initiatives, and individual creativity and talent find the conditions for their full development".

In such a society, the state must intervene in a regulatory way, not only in such spheres as education and health, but also so as "to reduce social or regional imbalances, and to achieve greater equity in the distribution of the nation's wealth".

"To declare that one is socialist and democratic" continues the programme, "means to place value on humanism, which is the origin of this project, where human beings free from all discrimination and from any form of submission, are the dominant subjects of historical discourse".

Market economy and public interest

The programme says it is "fundamental to respect the rules of the market economy and of free initiative", but adds that the economy should be guided so as "to ensure the public interest".

There should be "decentralised and participatory strategic planning", but the state's intervention in the economy should be through monetary policy, the exchange rate, taxes, and policy on prices and wages.

As for state-owned companies, these should only have a monopoly position in sectors of "very great national, public and social interest".

Environmental concerns introduced

The Congress inserted ecological concerns into the programme, which now declares that "the defence of the environment, the preservation of ecosystems, the rational use of renewable natural resources, and the ecological education of the people, are key aspects to be taken into consideration in economic development projects".

Despite the definition of Frelimo as a Party of democratic socialism, the congress removed a specific commitment in the draft programme "to promote the basic values of socialism through strengthened relations of friendship with other like-minded parties, and cooperation with democratic socialist movements throughout the world". In the final version there is a much vaguer formulation on "strengthening relations of friendship and cooperation with like-minded parties and democratic movements throughout the world".

In social matters, Frelimo maintains its commitment to the Mozambican national health service. It does not rule out forms of private health care, but the programme stresses that these should be "sub-

Guerra de prestígios

O antigo presidente exigiu a De Klerk a devolução de uma cassete, mas os serviços secretos afirmam que a destruíram

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

A CONTROVÉRSIA levantada pela cassette com a gravação do histórico encontro, realizado em 1989, entre o antigo presidente da república, Pieter Botha, e o actual líder do ANC, Nelson Mandela, suscitou grande efervescência política, no momento em que o encontro preparatório da decisiva conferência multipartidária, de que depende o futuro da África do Sul, sofreu um indesejável adiamento.

Destituído há dois anos do cargo de presidente, entre muita polémica, Pieter Botha saiu agora a terreiro e fez crer aos sul-africanos (e ao mundo) que o processo político em marcha no país, visando a sua transformação radical, ficou muito a dever à sua acção.

O antigo presidente fez levantar a lebre, ao mandar recabar a Frederik de Klerk para que lhe fosse restituída urgentemente a cassete, que consistia de sua propriedade.

«Estou a escrever as mi-

nhas memórias e o teor do diálogo que mantive com Nelson Mandela, em 5 de Julho de 1989, é um capítulo que considero fundamental na minha vida política de quarenta anos» — sustentou Pieter Botha.

Para o ex-líder da África do Sul, a transformação que se está a dar no país não se deve somente a De Klerk. «Fui eu que tive a coragem de dar início às reformas, numa altura em que ninguém acreditava que tal fosse possível; o senhor Frederik de Klerk limitou-se a dar-lhe continuidade, embora utilizando um caminho diferente», afirmou Pieter Botha.

Por sua vez, De Klerk argumenta que o seu predecessor não foi além de um simples contacto com o então mais famoso prisioneiro da África do Sul, não tendo avançado um milímetro no desbloqueamento da situação política.

A questão, que diz respeito a duas épocas distintas na vida política sul-africana — o conservadorismo de Pieter Botha e o liberalismo de Frederik de Klerk —, não evoluiu, até agora, em favor de Botha. O director-geral dos Serviços de Informação Nacional (SIN), a polícia secreta sul-africana, Niel Barnard, afirmou que a referida cassete fora destruída «para evitar embaraços ao ex-presidente e, fundamentalmente, por motivos de segurança do Estado».

Barnard, alegou ainda que a cassete «continha matéria susceptível de comprometer certas pessoas». Em 5 de Ju-

lho de 1989 assistia-se pela primeira vez, a um aperto de mão entre dois políticos sul-africanos, um branco e outro negro — facto impensável, na altura. Mandela, que por momentos deixara a sua cela, na cadeia da ilha ao largo da Cidade do Cabo, foi transportado até à residência oficial do presidente da república, Pieter Botha, e, no superlucioso salão de Tuynhuyus, sentava-se frente ao «boer» que mais odiado era pela maioria negra.

Pressionado por forças liberais, hoje integrantes do actual executivo, e perante o avanço do terrorismo urbano nos principais cidades do país, em simultâneo com os sucessos declarados pela Swap em território namibiano, o presidente Pieter Botha propôs-se libertar Mandela a troco da sua renúncia «a todos os actos de violência» e do compromisso «em se descolar do Partido Comunista».

Nelson Mandela recusou. Regressou à cadeia, donde saiu depois do «golpe» vibrado contra Botha e instalado Frederik de Klerk no poder.

As especulações em torno da tão falada cassete multiplicam-se. Segundo algumas vozes, que sublinham a coexistência entre Pieter Botha e o Partido Conservador, contraíria à aproximação que De Klerk está a concretizar entre o poder branco e o ANC, a gravação magnética poderia revelar-se muito comprometedora para o executivo de Pretória e provocar muitos estragos, caso fosse divulgada.

Bank of Lisbon aumenta capital

OSUL-AFRICANO Bank of Lisbon vai aumentar o seu capital social de 18 milhões para 25 milhões de rand, através da subscrição reservada aos accionistas, a dois rand cada, de sete milhões de novas acções, com o valor nominal de um rand (cerca de 50 escudos).

O grupo Amorim e o Banco Nacional Ultramarino, com 42,5 por cento cada, são os maiores accionistas do Bank of Lisbon, seguidos pelo Banco Português do Atlântico (cerca de 13 por cento). O banco sul-africano, que consegue um encaixe de 14 milhões de rand com esta operação, tem uma rede de aproximadamente 30 balcões.

30
ordinated to the aims of the national health service". Under no circumstances should health care provided outside the public sector prejudice the work of the national health service, which remains "the principal means of gradually extending health care to all the people".

The programme calls for a "national housing policy" which involves "all social and economic forces" in the promotion of building homes both for sale and rent. It stresses the need to stimulate low-cost housing, and to use local resources and value traditional architecture.

The document also pledges that Frelimo will act in accordance with "principles of mutual respect, dialogue and cooperation with other parties".

Mozambiquefile October 1991

Frelimo Congress: Correction

In the last issue of *Mozambiquefile*, we inadvertently omitted the name of Defence Minister Gen Alberto Chipande from the list of the new Political Committee elected at the Sixth Congress of the Frelimo Party, held in August.

The correct Political Committee list is as follows:

Joaquim Chissano (President)
Feliciano Gundana (General Secretary)
Eduardo Mulembue (Secretary of the Verification Commission)

Alberto Chipande
Pascoal Mocumbi
Armando Guebuza
Mariano Matsinhe
Rafael Maguni
Aguilar Mazula
Jacinto Veloso
Mateus Katupha
Deolinda Guezimane
Eneas Comiche
Alcido Nguenha
Bonifacio Gruveta

O JORNAL SÁBADO 23 DE NOVEMBRO DE 1991

Face às hesitações dos europeus

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 22 NOVEMBRO 1991

Sul-africanos em negócios com Mobutu

Victor Bandarra

A maioria dos europeus abandonaram o Zaire. Poucos empresários ficaram. Mobutu continua a aguentar-se, e a mexer cordelinhos. As grandes empresas sul-africanas não perdem uma. E já arranjam maneira de se entender com o velho líder. Negócio é negócio.

Responsáveis do Estado zairense, ainda controlado pelo Presidente Mobutu, assinaram na sexta-feira passada em Kinshasa um contrato de sete milhões de dólares (cerca de um milhão de contos) com a empresa sul-africana Premier International, apurou o PÚBLICO junto de meios empresariais europeus na capital zairense.

Do contrato, dois milhões dizem respeito a medicamentos e cinco milhões a alimentos, bens de absoluta necessidade num país destruído, sobretudo em termos económicos, após os distúrbios de Setembro.

Empresas sul-africanas estão a tomar ou a reforçar o seu lugar junto do poder zairense, controlado pelo presidente Mobutu, enquanto o país continua meio perdido, após a partida de mais de 20 mil europeus, aconselhados pelos respectivos governos.

Empresários europeus, entre eles alguns portugueses, queixam-se de que o (ainda) governo do primeiro-ministro Mungul Diaka, embora caído em descrédito, continua a proibir a saída de bens de estrangeiros do país.

Em Kinshasa, calcula-se que continuam ainda entre 150 e 200 portugueses, a grande maioria com bens a defender. Na terça-feira, cerca de 80 empresários ou representantes de firmas estrangeiras, entre os quais alguns portugueses, foram recebidos por

Diaka. "Não houve diálogo, pediu apenas para continuarmos no país, exortou-nos a continuar a investir, mas não deu garantias, nem sequer de segurança", comentou um dos presentes na reunião.

A importância do porto de Durban

Algumas médias e grandes empresas portuguesas sediadas no Zaire parecem ter perdido o acesso ao Presidente Mobutu e aos seus homens de mão, que ainda controlam os restos dos circuitos económicos estatais.

No reverso da medalha, as empresas sul-africanas e o poder zairense começam a entender-se cada vez mais. Há três semanas, Albert Nielsen, o director-executivo da Premier, uma grande empresa sul-africana, voou para o Zaire para se encontrar com Mobutu. A ideia (obviamente de interesse bilateral) era utilizar empresas sul-africanas no abastecimento ao Zaire, através de intermediários de Brazzaville, no vizinho Congo. Para já, o encontro de Nielsen com Mobutu resultou no contrato assinado na semana passada.

Actualmente, uma delegação da CMZ (Companhia Marítima Zairense), controlada pelo Estado, encontra-se em Durban, sobretudo para negociar com a companhia sul-africana Unicorn Lines novos esquemas de escoamento de minérios da província do Shaba.

Desde a "queda" do Caminho de Ferro de Benguela, é através da África do Sul, sobretudo do porto de Durban, que os minérios do Shaba (ex-Catanga) são escoados. Eram também firmas sul-africanas que abasteciam toda a província do Shaba de produtos vários, incluindo alimentos. "Se o Caminho de Ferro de Benguela entra de novo em funcionamento, a África do Sul vai ficar muito prejudicada", comentam empresários europeus ainda em Kinshasa.

Aliás, é sabido que as empresas sul-africanas estão também a entrar em força em Angola, for-

necendo linhas de crédito. São candidatos a tudo, desde o fornecimento de produtos alimentares e materiais de construção até chouriço e vinhos...portugueses.

Indemnizações é com o Zaire

Após os acontecimentos de Setembro, cerca de mil portugueses do Zaire chegaram a Lisboa a expensas do governo português, e 130 encontram-se em instalações do Estado, na região de Lisboa. Na embaixada portuguesa em Kinshasa mantém-se ainda 20 toneladas de material, pertença de refugiados que abandonaram o país, além de 25 viaturas automóveis, pelo menos.

Em Lisboa, uma delegação da Comissão dos Refugiados no Zaire foi recebida na semana passada por um responsável da Secretaria de Estado das Comunidades. Está ainda em estudo a concessão de um subsídio de desemprego aos necessitados. Quanto aos bens pessoais que ficaram na embaixada de Kinshasa, excluindo os carros, o embaixador Duarte de Jesus vai providenciar no sentido de serem transportados para Portugal o mais depressa possível. referiu ontem ao PÚBLICO um responsável do gabinete do secretário de Estado Correia de Jesus.

O problema é mais complicado em relação aos bens perdidos no Zaire. "A posição do Governo português é clara: os responsáveis por eventuais indemnizações são os governos locais", apontou. É um problema futuro, que "terá de se ver...". ■